



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E
ANTROPOLOGIA

DEYSE SOARES DA SILVA TEIXEIRA

UIPP TERRA FIRME

“Um modelo inovador de fazer Segurança Pública”?

Análise das propostas e práticas desenvolvidas pela primeira Unidade
Integrada Pro Paz no Estado do Pará.

Belém
2016

Deyse Soares da Silva Teixeira

UIPP TERRA FIRME

“Um modelo inovador de fazer Segurança Pública”?

Análise das propostas e práticas desenvolvidas pela primeira Unidade Integrada Pro Paz no Estado do Pará.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia com ênfase em Sociologia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará – UFPA.

Orientadora: Prof^a Dr^a Edila Arnaud Ferreira Moura

Belém
2016

DEYSE SOARES DA SILVA TEIXEIRA

UIPP TERRA FIRME

“Um modelo inovador de fazer Segurança Pública”?

Análise das propostas e práticas desenvolvidas pela primeira Unidade Integrada Pro Paz no Estado do Pará.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia com ênfase em Sociologia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará – UFPA.

Data da aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Profª Drª Edila Arnaud Ferreira Moura
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia (PPGSA)
Universidade Federal do Pará

Profª Drª Denise Machado Cardoso
Examinadora - Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia (PPGSA)
Universidade Federal do Pará

Profª Drª Vera Lúcia Batista Gomes
Examinadora – Programa de Pós- Graduação em
Serviço Social (PPGSS)
Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Teixeira, Deyse Soares da Silva, 1985-

UIPP terra firme "um modelo inovador de fazer segurança pública"? análise das propostas e práticas desenvolvidas pela primeira unidade integrada pro paz no Estado do Pará. / Deyse Soares da Silva Teixeira. - 2016.

Orientadora: Edila Arnaud Ferreira Moura.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

1. Segurança Pública-Pará. 2. Prevenção do crime-Terra Firme (Belém, PA). 3. Política pública. I. Título.

CDD 22. ed. 363.2098115

A minha avó Dolores Nunes
Aos meus pais Dinair e Lourival Teixeira
Ao meu irmão Lourival Teixeira Neto

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e Nossa Senhora de Nazaré, sempre me acompanhando nos momentos de solidão e me dando forças pra continuar a batalha.

Aos meus pais e irmão que estiveram ao meu lado, compreendendo e ajudando de todas as formas para que eu alcançasse os meus objetivos finais. Torceram sempre e acreditaram que tudo isso seria possível e exitoso no final.

À minha orientadora, Professor Dr^a Edila Arnaud Ferreira Moura que acreditou no meu projeto e auxiliou no caminho do conhecimento e das descobertas nessa trajetória, sempre com a paciência e sabedoria que todo/a mestre/a necessita ter para com seus/suas alunos/as.

Às queridas Professoras Dr^{as} Denise Machado Cardoso e Vera Lúcia Batista Gomes que deram contribuições excepcionais na construção dessa dissertação, ambas com um olhar crítico-científico repleto de sabedoria e delicadeza.

Aos professores e professoras do PPGSA/UFGA pela formação que nos proporcionam durante as magníficas aulas nesse programa de pós-graduação. De fato, nós alunas/os somos privilegiadas/os por termos a oportunidade de ter contato com esses cientistas excepcionais.

Às/aos minhas e meus colegas do mestrado e de PPGSA/UFGA, sempre nos apoiando um ao outro, seja numa simples “conversa-desabafo”, seja auxiliando um ao outro em qualquer questão acadêmica. Meu agradecimento especial a Glaucy Learte, Tharyn Batalha e Elcimar Lima.

Aos meus amigos e amigas da UIPP Terra Firme e programa Pro Paz, por todo o apoio e compreensão durante esse difícil período de investigação científica que é cursar uma pós-graduação a nível de mestrado. Prof^a Izabela Jatene, Cap. BM Esaú Almeida, Luciana Costa, Simone Lopes, Cap. PM Mário Martins Jr., Sd. BM Dhiego da Silva, dentre outros e outras que estiveram comigo durante o tempo de trabalho na UIPP.

Às minhas amigas da UFGA e da vida, Ticiane Lima e Suelen Santos por todo o apoio nos momentos difíceis.

Sem o apoio, carinho e compreensão de todas essas pessoas maravilhosas, seria impossível chegar até aqui. Meu muito obrigada!

Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. (BRASIL, Constituição, 1988.)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado descreve e analisa, a partir de uma perspectiva das políticas sociais e das ações de governo, como foi concebida a Unidade Integrada Pro Paz da Terra Firme, Belém/PA, a primeira unidade nesse modelo, como uma unidade que promove segurança pública atuando a partir da doutrina de polícia comunitária e como vem atuando em relação a sua proposta inicial que é a da prevenção ao crime. A partir de relatos de moradores do bairro acerca da percepção da diminuição das ocorrências de crime no local, foi realizada a pesquisa científica, com recurso de metodologia qualitativa, utilizando a pesquisa documental e bibliográfica para compreender como as categorias utilizadas em políticas de segurança pública vêm sendo tratadas no Brasil e em especial no estado do Pará. Os resultados alcançados após análise de documentos e estatísticas oficiais divulgadas pelo governo do Estado do Pará, assim como, de pesquisas realizadas em âmbito nacional acerca da violência e ocorrência de crimes no país e da análise da teoria empregadas a esse tema, pudemos constatar que as estatísticas referentes ao período de 2011 – 2013 atestaram uma redução nos índices de violência na área pesquisada, entretanto os índices de redução constatados foram pequenos em comparação a magnitude do problema apresentado. Outros fatores que influenciam nessa ocorrência estão relacionados aos limitados investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbano que são precários no bairro, que influenciam na qualidade de vida dos moradores e que não vêm recebendo atenção definida no plano de ação pelo poder público.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Políticas Sociais, Segurança Pública, Prevenção, UIPP.

ABSTRACT

This dissertation describes and analyzes, from a perspective of social policies and the actions of government, as it was designed Unity Pro Integrated Peace Upland, Belém / PA, the first unit in this model, as a unit that promotes safety public acting from the community policing doctrine and how is acting in relation to its original proposal which is the crime prevention. From reports of neighborhood residents about the perception of decreased crime occurrences in place, scientific research was carried out with a qualitative methodology feature, using documentary and bibliographic research to understand how the categories used in public security policies have being treated in Brazil and especially in the state of Pará. the results after analysis of official documents and statistics released by the Para state government, as well as surveys conducted nationwide about violence and the occurrence of crimes in the country and analysis of the theory used to this theme, we found that the statistics for the period 2011 - 2013 attested to a reduction in violence in the research area, however the observed reduction rates were small compared to the magnitude of the problem presented. Other factors that influence this occurrence are related to limited investments in basic sanitation and urban infrastructure that are precarious in the neighborhood, which influence the quality of life of residents and that have not received attention defined in the action plan by the government.

Keywords: Public Policy , Social Policy , Public Safety , Prevention, UIPP .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Total de roubos registrados em 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário, na cidade de Belém-Pa	58
Gráfico 2: Total de furtos registrados no ano de 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário.	58
Gráfico 3: Total de homicídios registrados em 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário.	58
Gráfico 4 - Comparação entre os delitos cometidos a partir de 2011 até novembro de 2014 na Terra Firme.....	74
Imagem 1: Espetáculo “Paixão de Cristo”.....	51
Imagem 2: Integrantes do Projeto ”Tela Firme” recebendo prêmio por trabalho realizado.....	52
Imagem 3: Inauguração da UIPP.	56
Imagem 4: Inauguração da UIPP Terra Firme.....	57
Imagem 5: Fachada da UIPP Terra Firme.	61
Imagem 6: Oficina de percussão, em 2012, iniciativa da comunidade.....	66
Imagem 7: Turma recebendo certificado de conclusão do curso de gesseiro, ano 2013.	67
Imagem 8: Palestra de prevenção à DST/AIDS com senhoras da comunidade, ano 2014, evento promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA).	67
Imagem 9: Crianças atendidas pelo projeto em atividade no laboratório de inclusão digital da UIPP.....	68
Imagem 10: Oficina de hip hop na quadra da UIPP, I Colônia de Férias 2012.	68
Imagem 11: Projeto de jiu-jítsu gratuito com professores voluntários da comunidade, atua desde 2012 na quadra de esportes da UIPP Terra Firme. Nessa imagem estão fazendo apresentação no evento de comemoração no 1º aniversário de inauguração da UIPP.....	69
Imagem 12: Simulação de primeiros socorros. II Oficina “Bombeiro na Comunidade”(2014)	70
Imagem 13: Alunos/as da escola estadual Celso Malcher com faixa de protesto.....	80

Mapa 1: Localização da capital e região metropolitana do Estado do Pará.	43
Mapa 2: Belém com divisões por bairro.	44
Mapa 3: Delimitação territorial do bairro Terra Firme.	47
Mapa 4: Mapa do Distrito Administrativo DAGUA.	48
Mapa 5: Mapa de Belém com destaque para bairros mais populosos.	50
Mapa 6: Bairro Terra Firme e confinamentos. Belém-PA.....	60
Tabela 1: Número de homicídios na população total por Capital, 1998/2008.	36
Tabela 2 - Número de crianças e adolescentes atendidos na UIPP Terra Firme e Distrito Industrial, nos anos de 2012 e 2013.	73

LISTA DE SIGLAS

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

CELPA – Centrais Elétricas do Pará.

CIOP – Centro Integrado de Operações.

CONSEG - Conselho de Segurança.

CONSEP - Conselho Estadual de Segurança Pública.

DOE/PA – Diário Oficial do Estado do Pará.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

IAP – Instituto de Artes do Pará.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IESP - Instituto de Ensino de Segurança do Pará.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MJ – Ministério da Justiça.

MOVER – Movimento pela valorização do estatuto da criança e do adolescente.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

ONG - Organização não governamental.

PIB – Produto Interno Bruto.

PM - Polícia Militar.

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos.

PRO PAZ - Programa Pro Paz.

SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos.

SEDUC – Secretaria de Educação do Pará.

SEGUP - Secretaria de Segurança e Defesa Social do Pará.

SEJUDH – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SETER – Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda.

SSP – Sistema de Segurança Pública do Pará.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UFRA – Universidade Federal Rural do Pará.

UIPP - Unidade Integrada Pro Paz.

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora.

UPS - Unidade Paraná Seguro.

ZPOL - Zona Policial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 POLÍTICAS SOCIAIS – O DISCURSO DO ENFRENTAMENTO À POBREZA E À VIOLÊNCIA	24
1.1 Pobreza e Violência – duas categorias entrelaçadas, mas por quê?	30
1.2 Políticas em Segurança Pública no Brasil – um percurso histórico.....	35
2. A UIPP TERRA FIRME – “MODELO INOVADOR DE SE FAZER SEGURANÇA PÚBLICO NO ESTADO DO PARÁ”?	42
2.1 Terra Firme – Para além dos estereótipos reproduzidos pela mídia ou a Terra Firme que não sai nos jornais	42
2.2 Breve histórico do Programa Pro Paz	53
2.3 Unidade Integrada Pro Paz Terra Firme – A primeira do Estado do Pará.....	55
2.3.1 Objetivos da criação da UIPP (Unidade Integrada Pro Paz)	62
2.3.2 Estrutura de funcionamento	63
2.3.3 UIPP Terra Firme - vivências	70
2.3.4 O que mostram as estatísticas	72
3 UPP/RJ - UPR/PR – UIPP/PA : UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM VISÃO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	76
CONCLUSÕES	82
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a política de combate e prevenção à violência. Para tal, foi analisado o caso da Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) que se constitui em um projeto de governo na área de segurança pública, com sua atuação pautada na prevenção ao crime e a violência em ações localizadas em bairros periféricos.

Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo geral descrever e analisar, a partir de uma perspectiva das políticas sociais e das ações de governo, como a Unidade Integrada Pro Paz da Terra Firme, na cidade de Belém, estado do Pará, foi concebida como unidade que promove segurança pública e como vem atuando em relação à sua proposta inicial que é a prevenção ao crime. Quanto aos objetivos específicos, procuramos compreender a dinâmica do cotidiano e as relações sociais presentes no bairro Terra Firme, de acordo com suas peculiaridades, para assim contribuir para desconstruir a imagem estigmatizada que o bairro tem como bairro mais violento da cidade; analisar dados estatísticos (IBGE, Polícia Militar e Polícia Civil) sobre a violência antes (dados do ano 2011) e após implantação da Unidade Integrada Pro Paz – Terra Firme (dados de ano 2013) no que diz respeito à criminalidade, violência e prestação de serviços públicos que a implantação da unidade trouxe ao cotidiano da população local; e, identificar se a implantação da Unidade Integrada Pro Paz – Terra Firme, enquanto política social na área de segurança pública, está respondendo às necessidades do bairro, principalmente ao que se propõe que é a redução da criminalidade através do trabalho não somente no âmbito policial e de polícia comunitária como também por meio da realização de atividades de âmbito social com envolvimento da população local que, conforme apresentadas na proposta original, se propôs a participar no seu projeto de implantação.

O projeto da Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) do Governo do Estado do Pará teve sua primeira unidade implantada no bairro Terra Firme, no ano de 2011. A UIPP é um modelo de política pública para a segurança pública implantado na gestão do governador Simão Jatene (2011 a 2014). Na concepção da UIPP estão presentes órgãos da Segurança Pública e Proteção Social do Estado, além da atuação de fundações e da comunidade, todos trabalhando, de acordo como projeto de implantação, "sob a ótica da parceria e integração" (SEGUP, 2011, p.02).

A motivação para este estudo surgiu da minha experiência de trabalho na unidade UIPP, realizada no período de abril de 2012 (cinco meses após a sua implantação) até abril de 2015, na condição de técnica de administração dando apoio à coordenação pedagógica, no setor de responsabilidade do programa Pro Paz. O trabalho desenvolvido neste setor está ligado ao desenvolvimento de atividades de esporte, lazer, atividades culturais e cursos diversos, que são realizados junto à comunidade local direcionado a jovens e adultos e contando com o apoio de parceiros como as Secretarias de Estado, Fundações e órgãos militares.

A partir dessa proximidade com a comunidade local, pude perceber através de relatos dos moradores, sempre expressos de maneira espontânea, que após a implantação da unidade UIPP no bairro, eles constataram que a ocorrência de crimes (tais como, assassinatos e assaltos) diminuiu no local.

Na convivência nesse ambiente de trabalho tive a oportunidade de ouvir relatos impressionantes de que na rua onde está localizada a UIPP¹, todo dia ocorria um assassinato, causados muitas vezes por dívidas com o tráfico e que o que imperava era a lei do silêncio e a impunidade, ou mesmo de que em comemorações de aniversário os moradores não podiam colocar balões em frente à sua casa ou enfeitar de qualquer maneira, pois os criminosos invadiam a residência e roubavam todos que ali estavam; outros relatos afirmavam que mulheres tinham seus brincos arrancados da orelha por assaltantes com puxões no meio da rua, aos olhos de todos a qualquer hora do dia, sem que a vítima tivesse auxílio de alguém e nem podendo manifestar reação ao ocorrido devido ao risco de maior atentado à sua vida.

A realidade e o cotidiano do bairro eram totalmente novos para mim, pois apesar de ter feito graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA) no campus Guamá, no período de 2006-2010, e passar pelo bairro da Terra Firme via Avenida Perimetral todos os dias, nunca havia percorrido seus espaços sociais, compartilhando de sua vida, do seu cotidiano e de seus problemas. O que ouvia era apenas o que todos diziam sobre o bairro – “muito perigoso”. As matérias jornalísticas divulgadas na imprensa local davam conta de que o bairro estaria tomado pelo crime organizado, sobretudo pelo narcotráfico. Ao mesmo tempo, tinha contato com os relatos de uma amiga de faculdade, moradora da Terra Firme, que

¹ A UIPP está localizada na Av. Celso Malcher, 920. Esquina com Pass. Ligação.

afirmava que a situação de violência tinha chegado a um ponto que “*quem não é do bairro se entrar no mesmo será assaltado*”, dentre outros comentários negativos sempre dando destaque às frequentes ocorrências de fatos de violência contra as pessoas e ao seu patrimônio.

Ao começar a trabalhar na UIPP, localizada no centro da Terra Firme, pude perceber que o cotidiano daquele bairro tinha muito mais evidências do que a violência urbana, mas que ao mesmo tempo essa violência estava muito presente na vida daquelas pessoas das quais escutei muitas histórias de assassinatos ocorridos em suas famílias, do tráfico no local e de outros tipos de crimes e violência.

Não somente eu, mas os outros funcionários/as da UIPP podiam perceber nas falas dessas pessoas que elas esperavam que a violência no bairro diminuísse com a chegada de uma unidade como a UIPP. E foi numa dessas falas - “*hoje posso fazer um aniversário na minha casa e colocar balões sem medo que invadam*”- que surgiu a curiosidade científica, sob um olhar sociológico, para compreender as dinâmicas sociais que envolvem a implementação de uma política social direcionada ao controle social da violência em um bairro periférico.

Assim, este estudo foi conduzido com o propósito de responder à seguinte questão: Como se articulam as propostas e as práticas sociais e políticas no decorrer do trabalho desenvolvido pela Unidade Integrada Pro Paz (no caso específico a Unidade Integrada Pro Paz da Terra Firme), enquanto um modelo de política pública para a segurança pública e se essa proposta vem conseguindo promover o que declara em suas pretensões – a prevenção à criminalidade?

A investigação foi conduzida com recurso de uma metodologia predominantemente qualitativa que tem como características a descrição e interpretação “*buscando compreender e interpretar o fenômeno em seu contexto natural*” (OLIVEIRA, 2008, p.100). De acordo com Chizzotti (2000) a pesquisa qualitativa é a mais indicada quando se trata da área de conhecimento das ciências humanas e sociais, pois os dados coletados, advindos das diversas técnicas adotadas, necessitam ser interpretados em seu significado para além das aparências.

Grande parte da construção da análise foi feita a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema, com destaque para a leitura das dissertações de Costa (1999), Couto (2010) e Paiva (2012) que tiveram por propósito ter conhecimento sobre questões sociais envolvendo o bairro, analisando o tráfico de drogas, como o

bairro é representado na mídia e questões que envolvem espaços de práticas de laser e sociabilidade na Terra Firme. Além destas, contribuíram na análise as informações contidas em artigos científicos e nas notícias de jornais que tratavam de vários aspectos da formação e das relações sociais no bairro. Assim como, notícias veiculadas através de redes sociais, que atualmente são um meio bastante utilizado para a divulgação de acontecimentos no bairro, como por exemplo, a página do projeto Tela Firme², presente numa rede social, que divulga todos os acontecimentos realizados pelo projeto na Terra Firme, como também a página eletrônica da própria UIPP onde são divulgados todos os eventos, cursos, palestras e demais atividades de natureza cultural no bairro.

Foram utilizados artigos que tratam de experiências de policiamento comunitário de outros Estados do Brasil, no caso o modelo da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do Rio de Janeiro e o caso da UPS (Unidade Paraná Seguro) no estado do Paraná, que permitiram identificar formas de comparação sobre como a questão da segurança pública vem sendo tratada e desenvolvida nesses Estados. Além disso, é necessário compreender como vem se desenvolvendo a questão das políticas públicas em segurança pública pelo governo federal, visto que os Estados e suas Secretarias de Segurança tomam como base o que é determinado e desenvolvido nesse campo em âmbito federal e, por sua vez, seguindo as recomendações de agência internacionais como o Banco Mundial.

A pesquisa documental compreendeu a análise de documentos disponibilizados pelo Comitê Gestor do Pro Paz, tal como o “Relatório de Pesquisa – UIPP Guamá e UIPP Terra Firme” realizado no ano de 2015, que fez uma pesquisa de campo nos bairros para avaliar o trabalho desenvolvido pelas duas UIPP’s. O uso dessa metodologia de análise foi fundamental para tomar conhecimento de dados estatísticos acerca de números de ocorrências de crimes referentes ao período de análise da pesquisa, assim como, acerca das atividades socioeducacionais desenvolvidas e do trabalho de mediação de conflitos desenvolvido na UIPP.

Constituiu-se também importante documento para análise o Mapa da Violência elaborado pela FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicação do Fórum

² Tela firme é “um programa exibido na WEB sem fins lucrativos com uma proposta alternativa as mídias comerciais.” Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/telafirme/>> Acesso em: 07 de janeiro de 2015.

Brasileiro de Segurança Pública, que nos apresentam dados sobre o cenário da violência no país, por unidade da federação. Os dados censitários de 2010, fornecidos pelo IBGE, contribuíram para a caracterização demográfica do bairro.

Foram também utilizados os dados estatísticos gerados pela Zona Policial (Zpol) instalada na Unidade Integrada Pro Paz da Terra Firme e que, no conjunto de suas tarefas sistematiza dados e índices de criminalidade, além de dados disponibilizados pela Polícia Civil e Defensoria Pública, no que diz respeito às suas ações sociais no bairro. A coleta e análise desses dados contribuiu de forma significativa, de acordo com Gomes (2001) para a construção da avaliação de políticas na área de Segurança Pública como é o caso da Unidade Integrada Pro Paz.

Para Lima e Borges (2014, p.213):

O papel político e institucional das estatísticas no funcionamento do sistema de justiça criminal e de segurança pública no Brasil, discutido à luz das contribuições da sociologia e da criminologia, pode auxiliar-nos na compreensão dos conflitos sociais e de como eles são processados e administrados pelo Estado.

A pesquisa de campo, planejada no projeto de desenvolvimento dessa dissertação, contaria ainda com a aplicação de questionários semi-estruturados que seriam a base para entrevistas com funcionários dos órgãos atuantes nas dependências da unidade, com moradores do bairro, incluindo os líderes de associações de moradores e demais coordenadores de projetos sociais do bairro, assim como, com o comitê gestor do Pro Paz e Secretaria de Segurança Pública na figura da coordenação estadual das UIPP, os membros do CONSEP e CONSEG da Terra Firme³, isso com o intuito de perceber as várias visões acerca do Projeto na área de Segurança Pública. Entretanto, esse enfoque foi substituído pela pesquisa documental, pelo fato de que, em virtude de ter sido aprovada em concurso público para professora da rede municipal, na região sudeste do Pará, passei a residir no município de Tucuruí, o que impossibilitou de executar a pesquisa de campo, com esse perfil.

O período escolhido para delimitação da análise de dados estatísticos, referente aos dados de ocorrências de crimes no bairro da Terra Firme, foi de 2012,

³ CONSEG e CONSEP são respectivamente os Conselhos de Segurança Pública do bairro e o Conselho Estadual de Segurança Pública.

visto que a UIPP foi inaugurada no final de 2011, ao final do ano 2013, quando a UIPP completou dois anos de efetivo funcionamento.

Para análise da categoria pobreza e de como ela é explicada no contexto da sociedade capitalista, recorri aos artigos de Boschetti (2012) e Ugá (2004), que apresentam uma análise crítica sobre como essa questão é tratada, com o propósito de assegurar a reprodução social dessa forma de organização econômica, enfatizando as estratégias que são criadas e como as políticas sociais são manipuladas para a superação das crises cíclicas do capitalismo.

Para tratar das categorias políticas públicas, em geral, e as políticas sociais em particular foram utilizados autores como: Souza (2006) que faz uma revisão bibliográfica acerca da questão quando afirma não existir *“uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”* (p.23) e assim apresenta as definições de Mead (1995), Lynn (1980), Peter (1986), Dye (1984)

Ainda com relação às políticas públicas, Berno (2004) observa que a denominação “política pública” é dada às políticas que são ações governamentais, ou seja, na verdade são políticas governamentais.

A análise das políticas sociais é feita a partir de autores como Piana (2009) que desenvolve uma análise da questão, sob enfoque da teoria marxista, afirmando que, historicamente, a análise acerca das políticas sociais *“deve ser marcada pela necessidade de pensar as políticas sociais como ‘concessões ou conquistas’* (p. 23)

Além deste, Pereira (2009), que tem uma extensa produção acerca do assunto, apresenta uma visão crítica sobre a questão ao afirmar que lhe parece uma contradição falar em política social quando se vive em um período político-ideológico de ordem neoliberal, portanto período adverso a *“concretizar direitos sociais”* (p.162). Uma explicação para isso, segundo a autora, é a imprecisão acerca do conceito da política social, algo também afirmado nas colocações de Souza (2006).

Pereira (2009) toma como ponto de partida para a construção do conceito o pensamento de Titmus (1981), um dos pesquisadores desse campo, para quem política social é aquela que atende às necessidades sociais de grupos sociais menos favorecidos ou que enfrentam mazelas sociais.

O artigo de Toretta (2013) contribui para o entendimento do percurso histórico das políticas sociais no Brasil e no mundo e assim compreender o atual cenário. Ao longo da análise histórica a autora nos mostra que as políticas sociais e *“a própria*

configuração que elas assumem não estão dissociadas de um processo macrossocietário” (p.275)

Na análise das políticas em segurança pública Sapori (2007) apresenta a dimensão histórica e conceitual acerca do assunto; Soares (2006) apresenta uma visão global do problema. A experiência prática desse autor enquanto pesquisador e como Secretário de Segurança Pública no primeiro governo Lula (2003-2006) contribuiu com uma visão crítica de alguém que já esteve de ambos os lados, o da teoria e o da prática na questão; Beato (1999) também pesquisador dessa temática, traça importantes considerações em argumentos críticos acerca do cenário nacional presente e analisando o cenário internacional da Segurança Pública em seu artigo. Estes autores, entre outros, contribuíram para a compreensão da questão da segurança pública em âmbito nacional e internacional.

Acerca da questão da polícia comunitária, que é a base e ideologia de atuação do policiamento presente e atuante na UIPP Terra Firme, de acordo com o projeto de implantação da mesma, foi analisado o material utilizado no “Curso Nacional de Multiplicadores de Polícia Comunitária”, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ (2006), uma publicação cuja finalidade é:

Capacitação de profissionais da área de segurança pública para o gerenciamento da segurança pública orientado pela filosofia e estratégia organizacional de polícia comunitária, bem como a formação de multiplicadores (instrutores), para atuar na docência da filosofia de polícia comunitária e na mobilização social das lideranças comunitárias, visando garantir ao máximo a difusão dessa filosofia e estratégia organizacional no âmbito das instituições integrantes do sistema de segurança pública ou defesa social, em todos os Estados federados. (p.07)

Também contribuíram para a compreensão das formas de atuação da polícia comunitária a leitura de artigos e dissertações de cursos de especialização promovidos pelo Instituto Ensino de Segurança do Pará (IESP), alguns deles desenvolvidos e ministrados em parceria com a UFPA.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos e a seguir a conclusão. O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre as políticas públicas e sobre as políticas sociais, o que é um debate bastante abrangente no meio acadêmico envolvendo pontos de vista que geram discussões que perpassam por várias disciplinas, mas como afirma Souza (2006), surge na ciência política e vai sendo apropriado por disciplinas diversas como a sociologia. Deste modo, constatou-se

que esses diversos pontos de vista são complementares entre si e trazem novos modos de refletir sobre as políticas públicas em geral e sobre as políticas sociais em particular. Quanto à elaboração dessas políticas a discussão e definição de pobreza também entra em questão, seguindo as orientações do Banco Mundial quanto ao combate à pobreza e de que maneira isso vem influenciando diretamente na elaboração dessas políticas.

Também faz parte deste capítulo uma discussão sobre a frequente associação entre pobreza e violência nos discursos tanto de natureza política e mesmo em discursos de natureza acadêmica. Há discursos que enfatizam que a violência e a criminalidade são oriundas da pobreza, daí contribuindo para o enfoque de que a pobreza deve ser combatida para o bem social, tudo isso sem levar em conta a questão da desigualdade social gerada por um sistema excludente como é o da sociedade capitalista.

Ainda neste capítulo, abordo como se deu o percurso das políticas em segurança pública no Brasil, como foram e vêm sendo elaboradas essas políticas de acordo como os parâmetros nacionais de direitos humanos e seguindo novos paradigmas provenientes das polícias acerca do combate e prevenção à criminalidade.

No segundo capítulo apresento a estrutura do Projeto da UIPP sendo o principal projeto da política de segurança pública no Estado do Pará dentro do Programa Pro Paz, programa esse que já existia desde o primeiro mandato do governador Simão Jatene (2003-2006). Nesta apresentação são destacadas as suas principais características e projeto que o compõe, assim como, a sua ideologia de atuação. O caso específico da UIPP do bairro da Terra Firme, onde foi implantada a primeira unidade com esse modelo, será apresentando com as características e particularidades do bairro da Terra Firme para podermos entender os motivos justificados para este bairro ter sido escolhido para a implantação desse projeto. Apresento também a estrutura de funcionamento deste projeto a partir das minhas experiências como servidora atuante na unidade e com o recurso dos dados estatísticos produzidos institucionalmente, são apresentadas as evidências das condições de funcionamento desse projeto, em relação à sua proposta inicial, referente a dois anos de sua execução.

O terceiro capítulo apresenta a história de atuação e funcionamento da outra unidade de segurança pública no Brasil, como é o caso da UPP no Rio de Janeiro, como sendo o projeto pioneiro no país e que serviu e vem servindo de modelo para os demais projetos que se propõem à prevenção ao crime e retomada pelo Estado de territórios que vêm ou vinham sendo ocupados por facções criminosas e/ou crime organizado ou mesmo grupos menores de traficantes de entorpecentes aproveitando as condições socioespaciais e econômicas desses territórios. Outro caso que será apresentado é o da UPR no estado do Paraná como uma iniciativa que parte desse mesmo modelo de implantar unidades de segurança pública em áreas consideradas vermelhas, mas utilizando como base o modelo de policiamento comunitário como um novo paradigma que vem permeando as ações das polícias militares em todo o território nacional, copiando modelo de outros países onde essa experiência de policiamento comunitário vem sendo bem sucedida. Esse material é analisado criticamente.

A seguir, apresenta a conclusão do estudo que constatou que houve uma redução nos números de ocorrências de crimes no período estudado, segundo dados da SEGUP, e que como polícia de segurança pública, seu projeto integra vários setores do governo trabalhando em parceria, o que vem se revelando uma tendência nacional e internacional.

1 POLÍTICAS SOCIAIS – o discurso do enfrentamento à pobreza e à violência

O debate acerca das políticas sociais é bastante abrangente, tanto no que diz respeito às suas definições quanto às questões que envolvem a sua prática no contexto da sociedade capitalista neoliberal.

Para entender a questão das políticas sociais, apresento uma discussão sobre as diversas formas de entendimento sobre as políticas públicas:

Souza (2006) caracteriza as Políticas Sociais como uma parte das Políticas Públicas. Assim, em seu artigo, no qual faz uma revisão literária acerca da questão, diz que não existe *“uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”* (SOUZA, 2006, p.23) e assim apresenta as definições de Mead (1995) que afirma que a política pública é um campo de estudo da política que analisa o governo através das grandes questões públicas; para Lynn (1980), políticas públicas são *“um conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos”* (p.24); Peter (1986) diz que *“política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos”* (p.24); Para Dye (1984) *apud* Souza (2006) política pública é o que o governo escolhe fazer ou não acerca de determinado problema ou demanda social. A respeito das variadas definições da categoria, Souza (2006) afirma:

Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições... Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (p.25)

Apesar de ser um campo de estudos pertencente originalmente à ciência política, as políticas públicas refletem sobre a relação economia e sociedade, sendo portanto de natureza transversal e multidisciplinar, *“dai porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”* (SOUZA, 2006, p.25). Deste modo, esta autora entende a política pública *“como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo,*

‘colocar o governo em ação’ e /ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações “(2006, p. 26).

A política pública também apresenta como característica ser uma disciplina acadêmica, uma política de ação, algo que abrange tanto o teórico quanto a prática que “não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também a agir neste mundo” (Pereira, 2009, p.166). Portanto, Pereira (2009) afirma que é importante entender o conceito de *público*, dentro do conceito de *políticas públicas*, não como algo que diz respeito e de responsabilidade somente do Estado ou como algo que não pertence a ninguém, mas de algo que é dever do Estado e também da sociedade como um todo, “*ela também engloba demandas, escolhas e decisões privadas, podendo (e devendo) ser controlada pelos cidadãos*” (p.167). Desta forma, a questão de ser pública ultrapassa a competência do Estado, como o senso comum tende a entender a questão, e se estende à sociedade como um todo.

Dentro dessa discussão, Berno (2004) observa que a denominação “política pública” é dada, geralmente, a políticas que são ações governamentais, ou seja, que na verdade são políticas governamentais. Na atualidade “*quanto mais se destrói o sentido público da ação governamental, mais se usa adjetivamente o termo ‘público’ para caracterizá-lo*”. Assim, é imprescindível que se retome o sentido de público na concepção de políticas como sendo o “... *reconhecimento do ‘outro’ ou de todos aqueles que são considerados ‘objetos das políticas públicas’ como sujeitos de ação*” (BERNO, 2004, p.51) e não somente sujeitos passivos que só recebem e aceitam o que está pré-estruturado, sendo de fundamental importância que se escute o que as pessoas que serão atendidas por essa política de fato necessitam, saber “... *as autodenominações, critérios éticos e políticos, filiação religiosa ...*” (p.48) e dessa forma atender as suas reais necessidades.

Tomando essa perspectiva de análise das políticas públicas, partimos para as políticas sociais, que é do mesmo modo algo amplamente discutido no meio acadêmico. Piana (2009), fazendo uma análise marxista da questão, diz que historicamente a análise acerca das políticas sociais “*deve ser marcado pela necessidade de pensar as políticas sociais como ‘concessões ou conquistas’*” (p. 23), portanto define que políticas sociais:

São entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir de diversos

interesses e relações de força. Surgem como ‘instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora’ (Montaño, 2007, p.39 *apud* Piana).

Após densa análise, Piana (2009) afirma que podemos dizer que as políticas sociais “*são definidas e operacionalizadas a partir das reformas de cunho neoliberal e legitimadas pelas agências internacionais*” (p.49). A partir desse ponto de vista, as políticas sociais podem ser muitas vezes “panos quentes” para abafar certas situações que são problemas sociais, que podem gerar outros, que são criadas para amenizar de imediato esses problemas e não resolver de fato, ou seja, não solucionam o problema na sua estrutura.

Tal fato é ratificado por Pereira (2009), pois lhe parece uma contradição falar em política social quando se vive em um período político-ideológico de ordem neoliberal, portanto período adverso a “*concretizar direitos sociais*” (p.162). Uma explicação para isso segundo a autora é a imprecisão acerca do conceito de política social, algo também afirmado nas colocações de Souza (2006).

Pereira (2009) toma com ponto de partida para a construção do conceito o pensamento de Titmus (1981), um dos pesquisadores desse campo, para quem política social é aquela que atende às necessidades sociais de grupos sociais menos favorecidos ou que enfrentam mazelas sociais. Pereira (2009) considera política social:

Como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas- entre capital x trabalho, Estado x sociedade e os princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania...a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a idéia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade (como entendem as teorias funcionalista)... jamais poderá ser compreendidas como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa, ou serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contraditórios de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor. (p.166).

Como podemos constatar pelas análises desses autores, a relação existente entre Estado-Sociedade-Políticas Sociais sempre estará ligada às determinações do

capital. Ugá (2004) destaca essa interferência ao fazer uma análise a partir dos relatórios do Banco Mundial, acerca da categoria “pobreza”.

Uma das metas presentes nos relatórios do Banco Mundial, a partir da década de 1990, é a “luta contra a pobreza”; essa questão passa a fazer parte das recomendações internacionais para a elaboração de políticas sociais. Segundo esses relatórios o Estado necessita mudar o seu papel, não deve mais ser somente o promotor do desenvolvimento econômico deixando isso a cargo do mercado, devendo apenas intervir nos setores onde o mercado não tenha interesse⁴.

O Banco Mundial define o que é pobreza sempre do ponto de vista da capacidade de consumo dos indivíduos: *“Segundo o Banco Mundial, a definição de pobreza consiste na ‘incapacidade de atingir padrões de vida mínima’ ”* (BANCO MUNDIAL *apud* UGÁ, 2004, p.59)

A autora afirma que são tentativas de classificar a sociedade segundo um padrão de consumo onde quem não atinge esse padrão necessita de ajuda e é classificado como “pobre”. Dentro dessa discussão o que mais preocupa a autora é que o conceito de pobreza esteja enfraquecendo o conceito de “cidadania social” *“conceito que está comprometido com a ideia universalizada de direitos, a qual parece estar ausente na ordem social neoliberal”* (UGÁ, 2004, p.62).

O Banco Mundial declara ser um incentivo, mas ao contrário, essas medidas têm claro propósito, como afirmado por Alves (2007) quando alega que o Estado neoliberal e a sociedade civil neoliberal têm um único intuito – a construção de uma *“hegemonia social através da reestruturação capitalista nas várias frentes sociais”* (p.152). A partir disso podemos pensar que a sociedade e a economia estão sempre, segundo essa lógica, atreladas aos interesses do capital – logo, o que é favorável para a manutenção do sistema neoliberal sempre será “incentivado”.

A categoria pobreza deve ser entendida como:

Uma situação na qual pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver. Os limites de ‘necessidade para viver’, no entanto, são matéria de definição. Se a pobreza é definida em termos absolutos – aquilo que indivíduos precisam para sobreviver fisicamente -, torna-se mais simples definir o ponto em que pessoas se tornam pobres. A experiência de pobreza, porém, depende também, do quanto as pessoas têm em comparação com outras pessoas na sociedade e com os valores culturais

⁴ Podemos constatar essa mudança na política econômica na transição do governo FHC para o governo Lula onde a questão do social foi bastante enfatizada. Mudou-se a proposta de que investido no econômico o social iria acompanhar o desenvolvimento do mesmo, passou-se ao pensamento de que o desenvolvimento social deve também receber investimentos tanto quanto o econômico.

que definem a 'boa vida'. Em muitas partes do mundo, por exemplo, água encanada é considerada sinal de prosperidade, ao passo que, nas sociedades industriais, é comum e sua ausência numa casa passa a ser considerada sinal de pobreza.... a maioria das teorias de pobreza focaliza as características dos pobres, e não a relação entre pobreza e as grandes acumulações de riqueza encontradas na maioria das sociedades capitalistas. (JOHNSON, 1997, p. 176-177)

As políticas sociais vêm sendo pensadas, gerenciadas e dirigidas, desse ponto de vista, voltadas aos pobres e ao combate à pobreza (BERNO, 2004). Vivemos em uma sociedade cuja lógica neoliberal acredita e estimula os indivíduos a serem competitivos entre si para alcançar seus interesses; quem não consegue entrar nessa lógica de competitividade, sempre com o intuito de conseguir ter um padrão de consumo dito “satisfatório” às suas necessidades básicas, é enquadrado na categoria “pobreza”, daí surge a idéia de que para esses indivíduos incapazes e fracassados, o Estado “*deve voltar sua atenção, fazendo-lhes caridades das mais variadas, para que sejam dadas as condições mínimas de subsistência*” (UGÁ, 2004, p.61).

Mas essa “caridade” fará com que o indivíduo alcance todos os padrões de consumo que a sociedade capitalista neoliberal propagandeia como sendo o “ideal” para o cidadão bem sucedido? Ou ainda, essa “caridade” alcançará a todos/as que dela “necessitem”?

No caso da América Latina, políticas voltadas para geração ou transferência de renda ou de renda mínima, para aqueles classificados como pobres, de acordo com os parâmetros econômicos e sociais estabelecidos pelo Banco Mundial, se tornaram modelos de distribuição de renda para superação da situação de pobreza e miséria que abate grande parte da população latino-americana. Alguns programas já haviam sido implantados desde a década de 1990, como no caso do *Programa de Auxílio à família* em Honduras em 1990; em 1997, o *Programa de Educação, Saúde e Alimentação* do México; no caso do Brasil, houve experiências municipais e estaduais no Distrito Federal, em Campinas e em Ribeirão Preto (São Paulo) no ano de 1995; mas foi a partir de 2000 que “*se intensificou a criação de novos programas de transferência de renda, bem como a reforma dos já existentes.*” (STEIN, 2008, p.201). Tais políticas “*seriam a ‘última’ rede de segurança econômica ou social de assistência social e consistiriam em transferências monetárias do Estado às famílias.*” (p.197).

Assim, quando nos voltamos para o Brasil, percebemos que as políticas de distribuição de renda, implantadas no período do governo de Luís Inácio da Silva (2003-2010), são exemplos de políticas de combate à pobreza. Tais políticas, na visão de Boschetti (2012) são políticas sociais que produzem um leve aumento nos rendimentos e “*não atacam as causas estruturais da desigualdade econômica e social.*” (p. 46). Na verdade, são políticas que têm grande “*notoriedade, e transferem prestígio aos governantes*” (STEIN, 2008, p.201), atendem às necessidades urgentes de sobrevivência, mas não são pensadas e/ou criadas como um direito social desses cidadãos e cidadãs.

Essas são estratégias adotadas pelo estado neoliberal para superar as crises cíclicas do capitalismo. Tal situação fica bem clara na análise que Piana (2009) faz acerca dos percursos do Estado Liberal; esta autora demonstra as modificações que esta forma de governo teve que fazer nas suas concepções ao longo da história, o capitalismo teve que se adaptar, transformar e ceder conforme as necessidades do momento, mas isso sempre com o intuito de manter-se de pé e nunca de fato para promover mudanças estruturais que só viriam a ameaçar um estado burguês-neoliberal:

O fenômeno da globalização se por um lado permite o intercâmbio mundial da maior interação entre os povos, por outro tem trazido uma série de contradições e divergências: o aumento do desemprego estrutural, a exclusão social, o aumento da pobreza, guerras políticas e religiosas e outros, ratificando a lógica do capital, que trazem a concentração da riqueza nas mãos dos setores monopolizados e o acirramento da desigualdade social (Piana, 2009. p.29).

A importância da análise dessas teorias é que facilitam a percepção das características da política social adotada por um governo e, conseqüentemente a partir de qual visão esse governo elabora sua política de segurança pública, ponto principal de nossa investigação. Nesse percurso também é possível identificar quem elabora, quem executa, quais recursos estão disponíveis e como a população participa, decide ou gerencia essas políticas e quais dados são usados para classificar uma área como sendo passível de receber projetos de combate e/ou prevenção à violência e à criminalidade.

1.1 Pobreza e Violência – duas categorias entrelaçadas, mas por quê?

Situações de pobreza, carência de estrutura urbana como a falta de saneamento básico e escolas públicas mal estruturadas, serviços de saúde pública precário que não atendem às necessidades da população, desemprego, falta de perspectivas e oportunidades de melhoria nas condições de vida, dentre outras questões podem proporcionar a ocorrência de crimes e violência, assim como, aliado a esses fatores, a ausência do Estado pode levar com que o crime organizado tome conta de territórios que apresentem essas características e aliciem a população local tanto ao vício em drogas ilícitas, como para a prática de crimes ou mesmo possa fazer essa população aceitá-los pela força da imposição ou tentando convencê-los de que sua presença ali pode até ser benéfica para todos os moradores e moradoras do bairro⁵.

Todavia, não podemos afirmar que a criminalidade, os crimes e a violência advêm somente das situações sociais que caracterizam baixa renda e pobreza ou que fatores como a carência de infraestrutura urbana e demais serviços públicos sejam as origens ou que levem a esses problemas sociais. É, no entanto, o que os representantes do capitalismo neoliberal vem propagando para toda a sociedade, através dos mais diversos argumentos, das agências locais, nacionais e internacionais, e principalmente por formas de controle dos meios de comunicação.

Ao contrário do discurso disseminado, a criminalidade, o crime e a violência variam muito em suas origens e causas. A origem ou causa desses males, que atingem em proporção cada vez maior a sociedade, vai depender do lugar e conjuntura analisados - *“várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país e dos estados... Reitere-se: o Brasil é tão diverso que nenhuma generalização se sustenta.”* (SOARES, 2006, p.91).

⁵ Na UIPP, a estrutura de atendimento contava com o serviço de voluntário civil do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, trata-se de é um projeto dessa corporação direcionado para proporcionar a oportunidade de primeiro emprego a jovens na faixa etária de 18 a 23 anos. Certa vez, conversando com um voluntário, jovem de 18 anos e morador do bairro, o mesmo me disse que os traficantes eram “bons” com os moradores, pagavam táxi para levar as pessoas doentes aos hospitais mais distantes, davam dinheiro pra comprar remédios, não deixavam que as pessoas do bairro fossem roubadas e quando acontecia de algum roubo ou assalto que eles não aprovassem, os mesmos traficantes mandavam que fossem devolvidos os frutos do crime à vítima.

Como mencionado anteriormente, a pobreza é vista como algo que deve ser combatido para o bem econômico-social, para fins de atender ao mercado, e sempre visando o desenvolvimento econômico de um país. Além de ser estigmatizada por essa ideologia também lhe é atribuído o perigo à segurança, sobretudo, das classes dominantes; há um discurso generalizado e disseminado, na sociedade capitalista neoliberal, que culpabiliza a pobreza pela violência urbana tão presente em nosso cotidiano. Com base nesse pensamento, surge a ideia de ser necessário combater a pobreza, pois a mesma estaria intrinsecamente ligada à violência, ao crime e a marginalidade dos centros urbanos. Evidência dessa premissa está registrado na publicação anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde Muggah (2013, p.43) mostra como o assunto é tratado pelas agências internacionais, onde segundo as mesmas:

Países que apresentam baixos índices de homicídio tendem a ter maiores níveis de desenvolvimento humano do que os países que registram taxas de homicídio mais altas. Além disso, altos índices de violência intencional são associados com falhas na redução da pobreza, aumento do desemprego entre os jovens e fome prolongada. Também estão associados com a diminuição no número de matrículas do ensino primário e no impedimento da redução da mortalidade infantil. Relatórios emblemáticos do Banco Mundial (2011), UNODC (2011) e outros mostraram que sociedades que registram taxas de vitimização não letal acima da média, e acesso limitado à justiça, tendem a ter um menor crescimento econômico esperado.

É fundamental, ao nos depararmos com tais afirmações vindas de agências internacionais como o Banco Mundial, compreendermos que tais alegações se originam e estão em defesa da reprodução social do sistema capitalista; é necessário termos cautela na análise da interpretação do que nos é mostrado. Como já vimos, são informações e afirmações que sempre querem demonstrar o quanto a pobreza é um mal que deve ser extinguido, mas uma análise crítica deve ir além dos argumentos do senso comum e alcançar a ideologia por trás do discurso, tal qual faz Beato (1999, p. 14):

Este é o argumento da contaminação dos valores das pessoas pela necessidade mais premente da sobrevivência. Felson (1994) refere-se a esta perspectiva como a 'falácia da pestilência' ... as coisas ruins provêm de outras coisas ruins. O crime é uma coisa ruim, portanto, ele deve emergir de outras maldades tais como o desemprego, a pobreza, crueldade e assim por diante. Além disso, a prosperidade deveria conduzir-nos a taxas mais baixas de crimes.

A violência⁶, como um mal social que atinge em proporções alarmantes e preocupa toda a sociedade em geral, é inserida no rol das consequências causadas pela pobreza dentre os diversos males que estão associadas a esta estrutura e,, isso de acordo com a ideologia amplamente difundida. Desta forma, à culpabilização da pobreza soma-se a lógica de que tão logo sejam identificadas as situações causadoras de crimes e violências, deve-se propor políticas voltadas à combatê-las, entretanto, conforme Chagas analisa, (CHAGAS, 2014, p.187):

Há vários equívocos quando o assunto é a violência, pois existe muito preconceito em relação a esse tema, como por exemplo, sua mensuração é realizada por indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade. A violência dissemina-se por todas as classes sociais. Ricos e pobres são “agraciados” com sua presença. A diferença nesse contexto do espalhamento da violência é que os primeiros possuem condições econômicas de se protegerem com tecnologias que garantem uma falsa sensação de segurança, enquanto o segundo grupo por não ter esses diferenciais torna-se a parte mais vulnerável de todas as formas que a violência contém. O que se percebe é que existe uma tipificação do crime conforme o bairro estudado, nas áreas periféricas, os crimes violentos são mais comuns, enquanto que nas áreas mais elitizadas são perceptíveis os crimes contra o patrimônio, furto e roubo.

A desconstrução desse estigma imposto à pobreza deve partir da análise que vimos acima do artigo de Chagas (2014): a violência atinge todas as camadas e classes sociais - o que irá mudar é a forma como é percebida e vivida. Uma criança nascida num bairro periférico como o da Terra Firme, pode vivenciar diversas situações de risco à própria vida, pode ter parentes mortos, amigos assassinados. Tive contato com pessoas, já adultas, que me contaram um breve relato de sua infância e adolescência no bairro. Num dia, como outro qualquer, estavam brincando com seus amigos na rua e ao anoitecer viram o amigo sendo executado por traficantes por conta de dívidas com drogas; ou, afirmando ter vivido uma infância muito livre, cheia de brincadeiras e amigos pelas ruas do bairro, onde ainda havia muitas áreas com mata, mas na sua condição de adulta olha pra trás e vê que muito dos companheiros de infância já não estão mais vivos, pois, pelas circunstâncias da

⁶ Para fins de definição e de direcionamento acerca da violência, a definição que guia essa investigação com relação a tal categoria é a que a OMS (Organização Mundial da Saúde) coloca, onde violência é o uso da força ou poder físico, de fato ou como ameaça contra um mesmo, outra pessoa ou comunidade, que cause ou tenha possibilidades de causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtorno de desenvolvimento ou privações diversas (OMS *apud* Bricenõ-León, 2010, p. 32).

vida foram se envolvendo com o crime, tráfico, e outras práticas criminosas, assim perdendo a vida muito cedo.

Não obstante, ainda há o questionamento acerca de quais são os fatores que geram a violência sobretudo atualmente, porém, ratificamos que a violência não pode ser considerada um fenômeno recente. Ocorre que com a aceleração do processo de urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência e da criminalidade nas cidades (Beato Filho *apud* CHAGAS, 2014, p.191).

A explicação para esse aumento da violência e dos índices de criminalidade, acompanhando o desenvolvimento urbano, tem a ver com as condições de surgimento e construção de estruturas urbanas e também pelo fato da urbanização trazer consigo vários fatores como a especulação imobiliária e a elevação do custo de vida o que levou uma parte da população, não podendo se manter nos centros urbanos caracterizados pelo elevado custo de vida, foram forçadas a se deslocar para as áreas periféricas da cidade, e por sua vez o poder público não disponibilizou e não vem disponibilizando infraestrutura urbana adequada para essas áreas e na proporção esperada.

O deslocamento e constituição de residência nesses locais ocasionam uma série de problemas sociais para essa população que se vê em situações de abandono pelo poder público e acabam vulneráveis a diversas situações de violência e exclusão social. Da análise dessa situação, podemos ver que a violência não é causada única e exclusivamente pela pobreza, mas sim pela desigualdade social presente principalmente nos grandes centros urbanos.

Bricenõ León (2010), observa que, em se falando de América Latina não são nas regiões ou estados mais pobres com menor PIB percapita que se concentram as maiores taxas de criminalidade e violência; estas ocorrem nas grandes capitais. Destacam-se no Brasil os estados do Rio de Janeiro e São Paulo onde há grandes aglomerados urbanos, denominados favelas, cuja população sofre com o desemprego, a falta de perspectivas de melhoria nas suas condições de vida, a constante sensação de medo e, em meio a tudo isso, os jovens estão vulneráveis a serem aliciados pelo crime organizado.

No Brasil, os dados alarmantes de violência⁷ são gerados pela desigualdade social marcante, num país onde a concentração de riqueza se dá nas mãos de poucos e, agravando esse quadro temos os fatores como a pobreza, o uso de drogas, participação insuficiente do Estado nas áreas de periferização, todos esses fatores somados estão diretamente ligadas à elevação das taxas de crimes das mais variadas especificações. Exemplo disso está no Mapa da Violência, que mostra que a taxa de mortes por arma de fogo no Brasil entre 1980 e 2013 as vítimas de mortes causadas por armas de fogo passam de 8.710 para 42.416, respectivamente, um crescimento de 387%. Quando comparamos com os percentuais da população jovens entre 15 a 29 anos "esse crescimento foi ainda maior: passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012: 463,6% de aumento nos 33 anos decorridos entre as datas." (WASELFISZ, 2015, p. 23).

No caso específico do Brasil, de acordo com Streck (1999), onde nunca houve de fato *Welfare State*, no decorrer dos anos o país as políticas públicas não resolveram os problemas da qualidade de vida. – "*constroem-se estruturas sociais que, ao se fazerem modernas, mantém todas as características do que há de mais injusto e estúpido*". (p.457). Essas promessas da modernidade só são aproveitadas "*por um certo tipo de brasileiros*" (p.458) podendo ser caracterizado como um verdadeiro apartheid social no Brasil:

São as elites que criam/constroem as condições ideais para o florescimento da violência e depois apresentam a 'solução', mediante maior repressão. As elites, nesse contexto, agem como aquele sujeito que mata o pai e a mãe e depois usa como tese de defesa sua própria condição de órfão, na realidade temos um Código Civil feito para os que têm e um Código Penal que é feito para os que não têm nada... a sociedade cria os mendigos mas, ao mesmo tempo, pune a mendicância como contravenção penal" (p.462)

Nessa lógica é criada a ideia de que pobreza, a desigualdade e a miséria devem ser combatidas, não por serem um mal e uma injustiça social em si, mas por serem uma ameaça à segurança e paz das classes dominantes (BEATO, 1999).

⁷ De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) no ano de 2013 foram registradas 53.646 mortes violentas, nesse número são incluídas vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Esse número de ocorrência é 1,1% maior que o do ano de 2012 quando foram registradas 53.054 mortes violentas no Brasil. (FBSP, 2014, p. 06)

1.2 Políticas em Segurança Pública no Brasil – um percurso histórico

Um dos assuntos mais debatidos e preocupantes no Brasil atualmente é a questão da violência, mais especificamente a violência urbana e a criminalidade violenta, aqui entendida como todo agenciamento capaz de violar os Direitos Humanos (SAFFIOTI, 2004, p.76), que atinge, tal como vimos, toda a população independente da classe social, raça/cor, credo religioso, faixa etária ou sexo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que a cada 10 minutos uma pessoa é assassinada no país e que somente no ano de 2013 ocorreram 50.806 homicídios. Se compararmos com o país vizinho Chile que em 2013 teve um número de 550 homicídios registrados e com EUA que teve 14.827⁸, esse número de homicídios no Brasil é assustador.

Segundo o Anuário, nesse ano foram investidos R\$ 61,1 bilhões com policiais e serviços de segurança pública no Brasil; R\$ 4,9 bilhões com prisões e unidades de medidas socioeducativas, os custos sociais da violência⁹ somaram R\$192 bilhões; no total os gastos somaram R\$ 258 bilhões, equivalendo a 5,4% do PIB brasileiro daquele ano (2013), segundo o Anuário de Segurança Pública (2014).

Em estudo desenvolvido, desde o ano de 1998, pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz na tentativa de contribuir para a compreensão do fenômeno da violência na sociedade contemporânea, denominado Mapa da Violência, sendo o mais recente o “Mapa da Violência – Mortes Matadas por arma de fogo” (2015)¹⁰ apresenta informações sobre ocorrências de mortes por arma de fogo, registrando que no Brasil no ano de 1980 as vítimas fatais por arma de fogo corresponderam a 8.710 pessoas, em 2012 essas mortes chegaram ao número de 42.416. O estudo afirma que esse enorme crescimento das mortes por arma de fogo se deveu quase exclusivamente pela ocorrência de homicídios, com um crescimento de 387% no período, *“temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 61%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por*

⁸ O Chile tem população menor que a do Brasil, com 16,9 milhões de habitantes. Mas os Estados Unidos tem população maior que o Brasil (200,14 milhões de habitantes segundo dados do Banco Mundial), com um total de 318,9 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2014)

⁹ Os custos sociais abarcam as vidas perdidas em decorrência da violência, gastos com segurança privada, sistemas de saúde e seguros.

¹⁰ Publicação da Presidência da República do Brasil em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona” (MAPA, 2015, p.21).

O Mapa da Violência de 2011 destaca que todas as regiões do país tiveram elevação dos índices de homicídios. Excetuando a Sudeste, todas as regiões apresentaram elevação na quantidade de homicídios e, especificamente, as regiões Norte e Nordeste quadruplicaram o número de homicídios. Entre os seis Estados destacados o único da região Norte é o do Estado do Pará com a seguinte estatística: em 1998 foram 769 registrados homicídios, e em 2008 foram 2.868! um aumento de 273%.

O estado do Pará não apresenta o maior percentual de crescimento de homicídios demonstrado pelo Mapa, posição que é ocupada pelo estado do Maranhão (367,3). Entretanto, quando comparamos os percentuais de aumento por região, constatamos que a região Norte foi a que teve maior elevação na década analisada (108,1%).

Ao analisar os dados referentes ao número de homicídios nas capitais do Brasil, o estudo demonstra que na região Norte o município de Belém se destaca entre as demais capitais, ocupando a segunda colocação no crescimento desse número, com um aumento de 96,2%.

Tabela 1: Número de homicídios na população total por Capital, 1998/2008.

CAPITAL/ REGIÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
BELÉM	341	179	332	352	420	466	403	628	484	496	669	96,2
BOA VISTA	84	86	81	67	82	73	49	56	55	66	65	-22,6
MACAPÁ	125	164	131	131	135	140	127	135	132	123	151	20,8
MANAUS	498	443	464	366	395	448	410	484	545	563	656	31,7
PALMAS	14	24	30	40	33	37	39	27	30	30	34	142,9
PORTO VELHO	214	172	204	229	220	181	257	211	261	199	178	-16,8
RIO BRANCO	96	44	92	102	120	104	87	73	114	97	87	-9,4
NORTE	1.372	1.112	1.334	1.287	1.405	1.449	1.372	1.614	1.621	1.574	1.840	34,1

Fonte: Ministério da Justiça, 2011. Mapa da violência: Jovens do Brasil. Ministério da Justiça. Brasília, 2011. p.33.

O Mapa da Violência - Jovens do Brasil (2011), que apresenta informações sobre a ocorrência de óbitos de jovens (faixa etária de 15 a 24 anos) e não jovens, os dados apresentados para o período de 1998-2008 ressaltam que o Pará é o estado da Região Norte onde o percentual de aumento do número de homicídios na população total foi o mais alarmante - quase 100% em uma década (período referente a 1998-2008). No Mapa da Violência publicado em 2015 o crescimento de óbitos por arma de fogo no Pará, no período de 2002/2012, foi de 150,9% ocupando a 6ª colocação dentre os Estados do Brasil. Em Belém, a capital paraense, os dados apresentam um aumento de homicídios onde de 19º lugar em 1998, passou a ocupar o 4º lugar em 2008, configurando-se assim como uma das cidades com maior número de ocorrência de homicídios no país.

Os dados estatísticos evidenciam uma crescente e preocupante situação de violência nas suas variadas formas de ocorrência, numa situação na qual os veículos de comunicação ajudam a propagar a sensação de medo e insegurança na população com notícias diárias desses casos, isso devido ao fato se tratar de um dos produtos mais vendidos como notícia.

Mediante à situação constatada pelos dados, a questão da Segurança Pública é pauta de discussões e está entre as preocupações que demandam maior urgência de solução e a sociedade, por sua vez, pressiona os governos no sentido de que sejam apresentadas soluções para a violência crescente nas cidades.

Com uma abordagem que gera polêmicas ao serem intensamente debatidas, seja em qual meio ocorram, por se expressarem opiniões que oscilam entre a prevenção e a repressão ao crime e à violência.

O poder público vem agindo, todavia, não com medidas que respondam à urgência na resolução do problema apresentado. De acordo com Saporì (2007), as políticas de Segurança Pública no Brasil, vêm sendo planejadas e implantadas no país, a partir de meados da década de 1980, em âmbito federal e estadual. São políticas que superam o que Saporì (2007) chama de “*modelo de gerenciamento de crise*”¹¹ (p.107) referindo-se a “*uma série de intervenções governamentais*

¹¹ Saporì (2007) entende por crise “qualquer evento na dinâmica do fenômeno criminoso ou do aparato de justiça criminal que sejam publicamente percebidos como problemas, e como tal definidos pelos meios de comunicação de massa, e que portanto merecem respostas imediatas por parte das autoridades do Estado. Enquadrando-se nessa definição desde a ocorrência de um crime violento que tenha provocado grande clamor popular, passando pela denúncia pública de atos de arbitrariedade e de corrupção policial, até desafios explícitos às instituições estatais por parte de grupos criminosos organizados em moldes empresariais.” (p.109)

espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam periodicamente a ordem pública” (p.60), um modelo muito presente nas políticas de segurança pública elaboradas e implantadas no Brasil ao se expressarem opiniões, algo que, para o autor, é determinante para a ineficiência da política na área de Segurança Pública no que diz respeito à atuação governamental o que acaba potencializando a criminalidade existente.

Soares (2006) corrobora com essa análise, quando argumenta que as políticas em segurança pública do país, voltadas para a prevenção ao crime, são políticas superficiais e não estão tratando das causas estruturais do problema. Em contrapartida, são políticas ágeis, rápidas, que dão resultados imediatos e a baixo custo, o que na interpretação do autor constitui ponto positivo para essas políticas.

Apesar da afirmativa, Sapori (2007), assim como Soares (2006), considera que não podemos afirmar que políticas de Segurança Pública não vêm sendo implantadas no Brasil, ainda que de maneira a fazer a manutenção do “status quo”. De acordo com o autor nas eleições presidenciais do ano de 2006, a pauta da Segurança Pública era eixo central nas propostas dos candidatos; a questão também ganhara destaque anteriormente, no ano de 2001 no período do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a formulação do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública e com ele a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública:

Os governos estaduais passaram a receber recursos para o financiamento de projetos específicos submetidos à apreciação da SENASP, dentro das diretrizes previamente formuladas no mencionado Plano Nacional. Em 2003, por sua vez, o governo Lula apresentou um documento mais elaborado e consistente, denominado ‘Projeto de segurança para o Brasil’, o qual tem norteado suas ações desde então. Já no âmbito estadual existem várias situações, de modo que a inserção do tema na agenda política varia de acordo com a unidade da federação (SAPORI, 2007, P.108).

A porcentagem de investimento do orçamento geral da União pode dar uma dimensão da proporção de importância que o Estado brasileiro vem dando à Segurança Pública. No ano de 2011, para o setor da Segurança Pública, correspondendo à apenas 0,41% do PIB nacional, enquanto que a porcentagem destinada ao pagamento dos juros da dívida externa foi de 45% do total do orçamento da União (BOSCHETTI, 2012, p.39). Nos anos seguintes, 2012 e 2013,

esse percentual de investimento em Segurança Pública foi de 0,39% e 0,40% respectivamente, enquanto a porcentagem destinada ao pagamento dos juros da dívida foram de 42,48% e 40,30%, respectivamente. Apesar da oscilação da porcentagem de pagamento da dívida externa entre os anos de 2011 e 2013, esse percentual ainda continua bastante elevado quando comparamos com a irrisória parcela destinada ao investimento na Segurança Pública no Brasil¹².

Quando analisamos a porcentagem de gastos do PIB com Segurança Pública, os números são mais animadores. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) os gastos com Segurança Pública, nos anos de 2012 e 2013, apresentaram aumento de investimento por parte da União, Estados e Municípios (FBSP, 2014):

Os estados apresentaram o maior percentual de aumento entre 2012 e 2013, com um incremento de 9,7%. A União investiu mais 5% recursos no período e, por fim, os municípios aplicaram aproximadamente 3% a mais no mesmo intervalo de tempo. Somados os gastos de todos, a despesa total nessa função chegou a mais de R\$ 61 bilhões em 2013, o que representa 1,26% do PIB brasileiro. Esse é um volume importante em termos de despesas públicas, na medida em que se constitui numa soma significativa para uma área que não possui vinculação constitucional de receitas. E é um montante ainda mais expressivo se adotarmos um olhar comparado entre o país e outras nações. Por esse olhar, em uma primeira análise, poderíamos pensar que o Brasil destina uma porcentagem representativa de seu PIB para a segurança pública, assim como Reino Unido e França, e significativamente superior ao Chile, por exemplo. No entanto, essa análise não leva em consideração variáveis como dimensão territorial e características populacionais, como grau de urbanização, densidade demográfica, e outras como tipo de criminalidade, nível de investimento e organização da estrutura policial, vis-à-vis o gasto em manutenção de estruturas já existentes, entre outros tantos fatores. Neste ponto, há uma série de questões a serem tratadas, que dizem respeito à necessidade de se analisar o tipo e a forma do gasto que vem sendo realizado/contabilizado em segurança pública no Brasil.

O trecho acima ressalta que ao analisarmos os dados sobre investimento em segurança pública, deve-se ter cautela e estar atento ao que os dados demonstram para não cair em erros de análise. Mas, devemos levar em consideração experiências bem sucedidas no planejamento de políticas voltadas para esse setor.

É o que faz Saporì (2007), quando destaca que no Estado do Pará, no período de 1995 a 2005, ocorreu “*audaciosa e pioneira política de integração das Polícias Militar e Civil*” (SAPORI, 2007, p.114), e quando houve também a criação do

¹² Fonte: Auditoria Cidadã da dívida. Disponível em: < <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2016.

Sistema de Segurança Pública do Pará (SSP) e no ano de 1996 a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) que se trata de um órgão no qual várias esferas da sociedade se fazem presentes, dentre eles representantes da sociedade civil, Assembleia Legislativa, comando das polícias, dentre outros. A modernização de elementos de telecomunicações também aconteceu nesse período, com a criação de um Centro Integrado de Operações (CIOP), com a implantação do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) como um local de formação para policiais militares, civis e corpo de bombeiros. Tais medidas, segundo a concepção do autor, representam *”exemplos de políticas de segurança que se destacam pela superação do modelo de gerenciamento de crises”* (p.113).

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3) traz como um de seus eixos orientadores a “Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência”. Essa iniciativa foi muito importante por ser uma mudança no tratamento da questão da segurança pública no país; se outrora a segurança pública por parte das polícias era tratada somente do ponto de vista da repressão (como um resquício do recente período da ditadura militar no Brasil) e com pouca participação de entidades da sociedade civil e das que lutam pelos direitos humanos pelo fato da dificuldade de diálogo entre ambas, hoje o que se vê é uma paulatina mudança com um olhar diferenciado sobre as políticas públicas em segurança.

Nos últimos anos, esse processo de estranhamento passou a ser questionado. De um lado, articulações na sociedade civil assumiram o desafio de repensar a segurança pública a partir de diálogos com especialistas na área, policiais e gestores. De outro, começaram a ser implantadas as primeiras políticas públicas buscando caminhos alternativos de redução do crime e da violência a partir de projetos centrados na prevenção e influenciados pela cultura de paz. (PNDH – 3, 2010, p.127)

As autoridades percebem que atualmente, sem a participação e aproximação com a população é muito difícil ter êxito nessa área e a população por sua vez vê a necessidade de se aproximar das polícias e dos governos para tratar de questões de segurança pública nas suas comunidades.

As questões da prevenção, cultura de paz e policiamento comunitário estão presentes na maior parte dos projetos de segurança pública. Esse novo paradigma serviu de orientação para as medidas implantadas na área de Segurança Pública em

âmbito nacional e no Estado do Pará. Ter essa visão é fundamental para compreender os caminhos que levaram à proposição do CONSEP e a implantação, pela SEGUP, da Unidade Integrada Pro Paz.

2. A UIPP TERRA FIRME – “modelo inovador de se fazer segurança público no Estado do Pará”?

A frase que dá título a esse capítulo foi retirada do Projeto de Implantação das Unidades Integradas Pro Paz (SEGUP, 2011); é uma frase que se destaca no texto do projeto pela ousadia de se auto qualificar como um projeto para “inovar”. Foi uma das descrições que mais nos chamou a atenção na leitura do projeto.

Vejamos, primeiramente, algumas características da cidade de Belém do Pará e, especificamente, as características do bairro Terra Firme, bairro que fica na periferia da capital paraense escolhido para ser a sede da primeira UIPP do Estado.

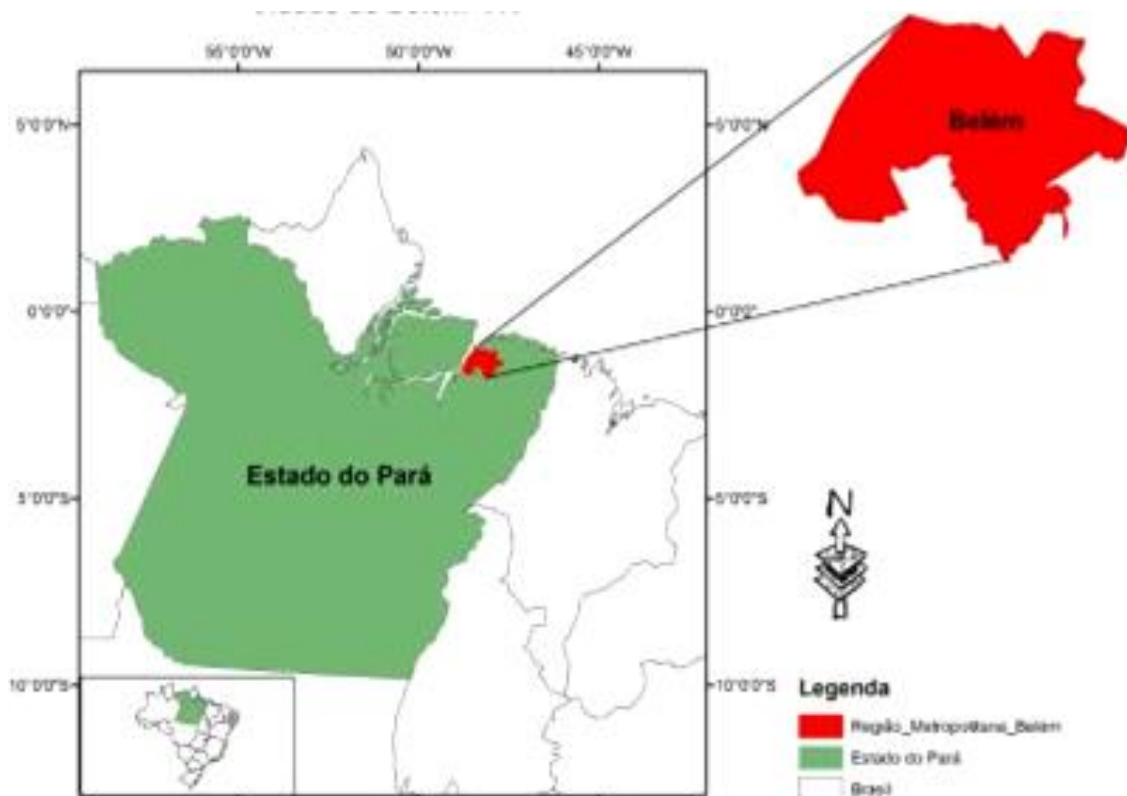
2.1 Terra Firme – Para além dos estereótipos reproduzidos pela mídia ou a Terra Firme que não sai nos jornais

A formação da cidade de Belém ocorre, em princípio, com a chegada da expedição comandada por Camilo Castelo Branco, capitão-mor do Rio Grande do Norte, objetivando afastar do litoral norte do Brasil os corsários estrangeiros e iniciar a ocupação do local. Assim foi fundada a cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616, onde foi erguido um Forte, chamado Presépio, às margens da Baía do Guajará dando início à construção da cidade ao seu entorno.

A cidade passou por período de prosperidade econômica com o ciclo áureo da borracha (1840-1920) que trouxe desenvolvimento urbano-arquitetônico e econômico, dentre outras benesses. O histórico de surgimento da cidade se confunde com o próprio histórico de formação do Estado do Pará onde vários dos municípios independentes hoje, estiveram ligados como distritos da capital Belém (IBGE, 2010).

Atualmente, a capital Belém possui uma grande região metropolitana composta por sete municípios (Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará), que ocupam uma área de 3.565,80km² e com população de 2.275.032 hab. (Censo 2010).

No Mapa1, a região metropolitana de Belém está em destaque no mapa do Pará:



Mapa 1: Localização da capital e região metropolitana do Estado do Pará.

Fonte: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAfixQAK/bh-como-planejamento-urbano-belem>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

Belém, a capital do Estado do Pará, tem população de 1.393.399 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.315,26 hab/km² de acordo com dados do Censo Demográfico realizado no ano de 2010 (IBGE). A estimativa é que no ano de 2015 a cidade chegue a um número de 1.439.561 habitantes.

A cidade apresenta hoje uma grande concentração urbana, caracterizando-se como uma metrópole, na região norte somente Belém e Manaus apresentam essa característica.

Nesse contexto urbano de grande núcleo urbano, está localizado o bairro da Terra Firme, na zona leste (periferia) do município de Belém, com uma população de 61.430 habitantes (IBGE, 2010) distribuída numa área de 2.368,64 m². É o segundo maior bairro em número de habitantes da capital paraense, seguindo o bairro do Guamá, e se formou a partir dessa expansão da cidade em direção a sua periferia.

O Mapa 2 apresenta o mapa da cidade de Belém com sua divisão por bairros, onde podemos observar que o bairro da Terra Firme faz fronteira com cinco bairros - Marco, Canudos, Guamá, Universitário e Curió-Utinga.

Em seu trajeto de ocupação espacial, a cidade de Belém foi crescendo em direção a sua periferia de modo desordenado, sem planejamento urbano. De acordo com Costa (1999) “*podemos compreender a noção de periferia oposta à ideia de ‘centro da cidade’, pautada em critérios de existência e qualidade de infra-estruturas urbanas básicas*”.

O planejamento da cidade negligenciou os problemas de suas periferias, priorizando os investimentos na área central, obedecendo a um modelo de desenvolvimento urbano que estava articulado com interesses da classe média da cidade. Nesse sentido, a periferia excluída passou a fazer parte de um processo de construção do espaço urbano segregador e criador de um tecido socioespacial fragmentado (COUTO, 2010):

Essa fragmentação socioespacial do espaço urbano de Belém, que marca as contradições socioespaciais na metrópole, tornou-se estratégica para a atuação do narcotráfico na periferia. Por outro lado, essa expansão do tráfico de drogas na cidade deve ser vista não como algo isolado, mas sim dentro de um contexto global, no qual as redes ilegais do narcotráfico nas fronteiras da Amazônia estão inseridas. (COUTO, 2010, p.13)

A consequência desse processo é que essa camada mais pobre da população acaba migrando e constituindo residência nas áreas periféricas da cidade como única solução de moradia disponível. Esse processo se deu, e continua ocorrendo, em cidades com desenvolvimento urbano visível, o que acaba ocasionando as desigualdades sociais as quais são características das periferias (CORREIA e MELO *apud* CHAGAS, 2014, p.188).

Destituídas de planejamento e infraestrutura urbanas, as periferias são locais onde há ausências e deficiências diversas à população ali residente. A partir dessa situação é que surgem outros problemas sociais graves.

Essas áreas de periferia apresentam características peculiares, inclusive ganhando nomenclatura específica dada pela geografia que vai denominar essas áreas de “*aglomerados subnormais*”. Desta forma, a geografia estabelece definição e características básicas para que territórios sejam classificados como, na sua linguagem técnica própria, “*aglomerado subnormal*” ou áreas de favelas dentro de áreas de periferias, segundo o IBGE *apud* CHAGAS (2014, p.196):

Um conjunto constituído por no mínimo 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria de serviços públicos e essenciais. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

1) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), no momento atual ou em períodos recentes (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos).

2) Pelo menos uma (1) das seguintes características:

2.1) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, e construções não regularizadas por órgãos públicos;

2.2) Precariedade de serviços públicos essenciais. Os aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: - invasão – loteamento irregular ou clandestino, - áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente.

No Mapa 3 é possível visualizar que o bairro da Terra Firme, que está inserido num contexto territorial cortado pela Bacia do Tucunduba um dos afluentes do rio Guamá, está cercado por áreas de mata pertencentes aos bairros com os quais faz fronteira – Curió-Utinga e Universitário - além das fronteiras com os bairros do Guamá, neste caso, separados pelo rio Tucunduba, Canudos e Marco, sendo este bairro o que apresenta características de centro da cidade, mas a área que faz fronteira com a Terra Firme é a sua área periférica. É possível observar ainda que o bairro possui muitas vielas e passagens que foram sendo construídas, ao longo do tempo, sem planejamento urbano, ou seja, surgiram de forma espontânea de acordo com a necessidade de ocupação do território.

Outra fato observável no Mapa 3 é uma área em destaque no bairro no canto inferior direito. Trata-se da sede da companhia Eletronorte, uma concessionária pública de energia elétrica atuante em vários estados do Brasil.



Mapa 3: Delimitação territorial do bairro Terra Firme.

Fonte: <<http://helenaquadros.blogspot.com.br/2010/06/mapa-do-bairro-da-terra-firme.html>. >.
Acesso em: 07 de fevereiro de 2016.

O bairro pertence ao 8º Distrito Administrativo de Belém, denominado Distrito DAGUA, cuja constituição vai para além de fronteiras territoriais, desta forma esse distrito administrativo é composto pelos bairros Guamá, Jurunas, Cremação, Canudos, Terra Firme e Condor, com uma população total de 342.742 habitantes. No Mapa 4, podemos ver em destaque os bairros que compõe essa divisão administrativa oficial do município:



Mapa 4: Mapa do Distrito Administrativo DAGUA.

Fonte: Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2013/05/cartografia-dos-distritos.html>>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

Vistas essas descrições territoriais, de fronteiras, populacional e social do bairro da Terra Firme, podemos acrescentar que como um local que foi ocupado de forma espontânea, tem vielas, inúmeros becos e palafitas, surgidos de forma desordenada em decorrência da necessidade de moradia, de ocupação imediata de deslocamentos e, principalmente, a partir da carência de infra-estrutura básica e da negligência do planejamento da cidade por parte do poder público com a sua periferia. Esses fatores acabam por gerar a situação de exclusão social da população do local (COSTA, 1999), além de gerar um espaço de segregação urbana muito propício aos interesses do narcotráfico e do crime (COUTO, 2010).

O crescimento urbano acelerado e concentrado que as cidades brasileiras passaram nos últimos anos proporcionou entre outras coisas: uma precária infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e precários indicadores sociais. Essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade ...e a proliferação dos mais variados tipos de violência e crimes. (CHAGAS, 2014, p.187)

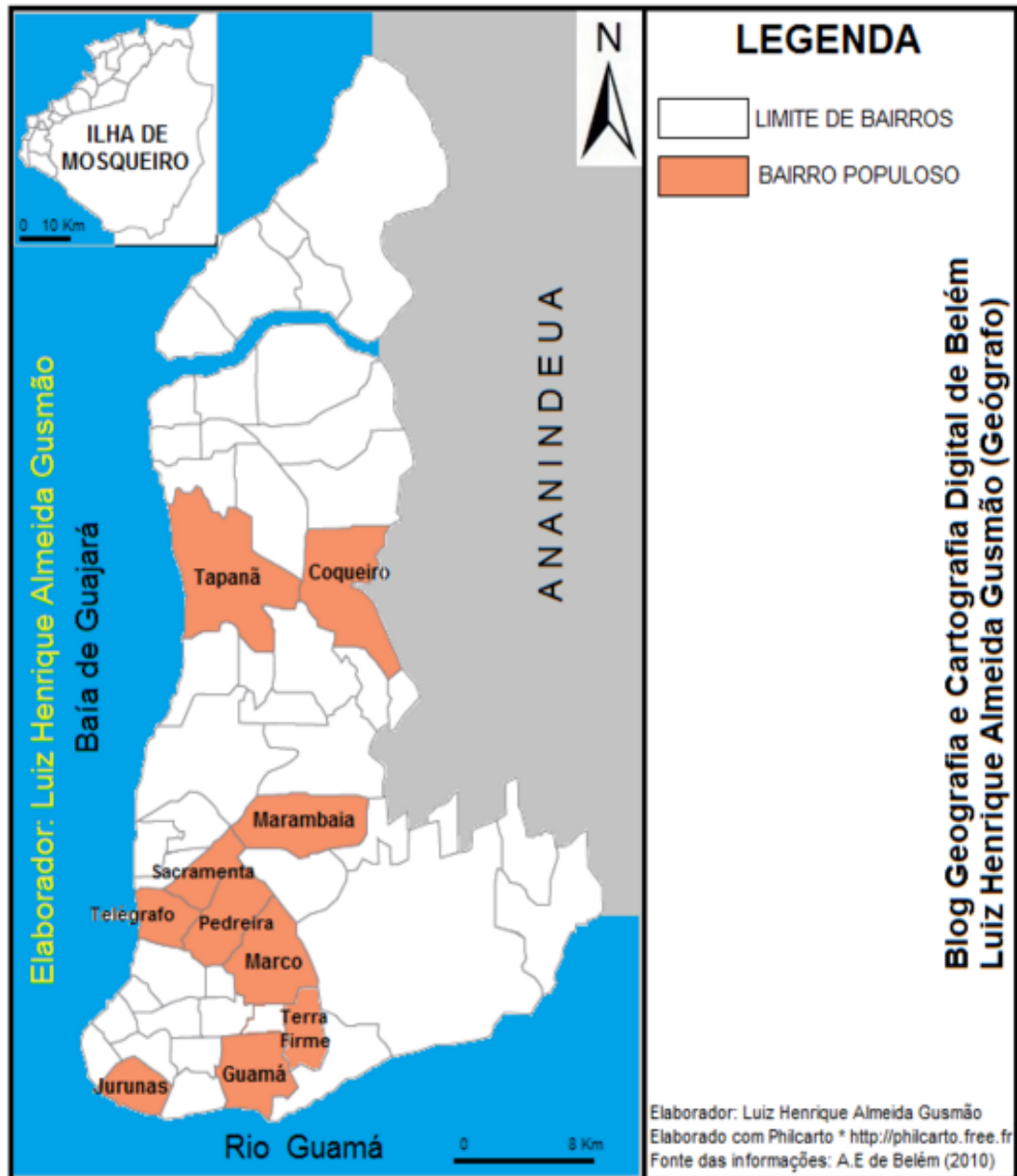
É o caso de bairros como o da Terra Firme, na capital Belém, onde o “narcotráfico tomou conta de alguns pontos estratégicos para a comercialização da

droga; e com isso contribuindo para o crescimento da violência urbana na cidade.”
(COUTO, 2010, p.13)

O bairro possui áreas mais valorizadas e outras menos valorizadas quando se fala em bens imóveis, onde a primeira comporta comércios, feira, escolas, melhor iluminação pública, saneamento básico (precário, mas existente) e a segunda é carente em infraestrutura urbana como iluminação pública e principalmente saneamento básico que gera, em períodos chuvosos, alagamentos que atingem ruas e residências. Entretanto, todo o bairro se caracteriza pela presença de moradias no estilo de cortiços nos quais muitas ainda são construções precárias, muitas em madeira, com fiação elétrica clandestina causando riscos aos próprios moradores e a vizinhança, pois risco de incêndios na área é grande. A economia do bairro gera em torno do comércio informal, do qual muitos núcleos familiares tiram sua renda, principalmente na atividade de feirantes. (PAIVA, 2012).

Apesar de no Censo (2010) constatar que a população do bairro seja em torno de 62 mil habitantes, o estudo feito pela SEGUP para o Projeto de Implantação da UIPP (2011) afirma que a população local seja atualmente de 100 mil pessoas isso devido *“ao grande número de ocupações realizadas nas últimas décadas, fazendo surgir inúmeros becos, vielas e palafitas, locais propícios a esconderijos de meliantes e a venda de drogas.”* (p.20).

Abaixo o Mapa 05 destaca os bairros mais populosos de Belém, dentre eles está o bairro da Terra Firme. Também estão em destaque, entre outros, os bairros do Jurunas e Guamá, pertencentes ao mesmo Distrito Administrativo, e o bairro do Marco que também faz fronteira com Terra Firme:



Mapa 5: Mapa de Belém com destaque para bairros mais populosos.

Fonte: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2013/10/belem-pa-bairros-mais-populosos-em-1960.html>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

As informações sobre a violência no bairro são as que mais são disseminadas pela mídia, sempre dando maior destaque à questão da violência e dos crimes ocorridos no local. Mas o bairro tem muito mais elementos que a mídia de um modo geral, não dá espaço, voz ou vez para aparecer.

O que pude constatar no período em que estive lá, é que há uma cena cultural ampla no bairro, muitos artistas de diversas áreas (dança, música, teatro) que atuam de forma amadora proporcionando oportunidades, sobretudo, para os

jovens como uma forma de promover atividades que favoreçam sua formação educacional diminuindo sua exposição à vulnerabilidade e risco social ao qual estão expostos.

Enquanto colaborado do Pro Paz, pude ter estreito contato com esse lado artístico da comunidade. Foram diversos os eventos apoiados e os que chegaram espontaneamente até a UIPP onde solicitavam espaço para a realização dos eventos ou apoio da PM para a realização do evento.

Dentre essas várias iniciativas, destaco o projeto “Paixão de Cristo” que se trata de uma encenação teatral que ocorre no bairro todos os anos no período da Semana Santa. O projeto é promovido pelo Grupo Ribalta que oferece oficinas de formação teatral aos jovens do bairro como um preparativo que antecede a encenação. Em 2016, “Paixão de Cristo” completou quarenta anos de encenação dessa peça que sai pelas ruas do bairro.



Imagem 1: Espetáculo “Paixão de Cristo”.

Fonte: < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=349306741857553&set=pb.100003346896163.-2207520000.1460557386.&type=3&theater> >. Acesso em: 02 de março de 2016.

Projetos que envolvem esporte, prática de exercícios e até mesmo produção áudio visual também são expressões de atividades culturais nesse bairro. Exemplo disso é o projeto Tela Firme desenvolvido por jovens moradores do bairro que produz programas e curtas-metragens exibidos na web com temas que variam entre

saúde, educação, saneamento, esporte, cultura, entre outros diversos assuntos que exploram diversas formas de interesse e considerados relevantes para a comunidade.

Na imagem 2, o Grupo recebe homenagem da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) pela realização de um mini documentário. O projeto trata sobre chacinas envolvendo jovens na região metropolitana de Belém e que não tiveram nenhuma condenação dos executores envolvidos. Foi produzido e lançado no ano de 2015:



O Coletivo de mídia popular Tela Firme é agraciado com a medalha Paulo Frota, um reconhecimento as entidades e personalidades que atuam na defesa dos Direitos Humanos. O Prêmio foi um reconhecimento das ações do coletivo em defesa da VIDA, em especial na luta contra o extermínio de jovens na periferia e a defesa da cidadania. Queremos agradecer a toda comunidade que apostou, e continua apostando em uma mídia LIVRE E DEMOCRÁTICA, em especial a pessoas que habitam os espaços da periferia que tanto nos orgulham com exemplos de dignidade.



O Mérito é de toda nossa comunidade. Nossa TELA continuará FIRME na defesa da vida. Parabéns a todos que nos ajudam a realizar esse trabalho. Nosso próximo compromisso é a atividade de Belém 400 anos, sob olhar do Gueto. A Periferia atenta.

Imagem 2: Integrantes do Projeto "Tela Firme" recebendo prêmio por trabalho realizado.

Fonte: < <https://www.facebook.com/telafirme/photos/pb.1470924266454198.-2207520000.1460556281./1682949628584993/?type=3&theater>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

Esses são alguns dos exemplos do que é realizado no bairro. Todos esses projetos partem da iniciativa dos próprios moradores que com criatividade, muita força de vontade e perseverança conseguem realizar projetos com poucos recursos e escasso ou nenhum apoio do poder público, mas que têm êxito ao atrair jovens em situação de risco e vulnerabilidade social para as suas atividades, ao mesmo tempo,

valorizando e tornando esses jovens como protagonistas de sua própria história, além de conseguir aproximar as suas famílias, assim como, toda a comunidade.

2.2 Breve histórico do Programa Pro Paz

No bairro da Terra Firme, o Pro Paz começou sua atuação inicialmente com o projeto Pro Paz nos bairros, se instalando nas dependências da UFRA, com atividades de esporte, lazer, oficinas de música, voltados para a comunidade local. É conhecido como Pólo UFRA. Vejamos a seguir a definição e as características do Programa Pro Paz:

O Pro Paz é um programa do governo do Estado do Pará, criado em 2004, no primeiro governo de Simão Jatene *“com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência, juventude e pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a garantia de direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz”* (PRO PAZ, 2012.).

O conceito de *cultura de paz* é entendido como:

Cultura de paz envolve a mudança de mentalidades e a construção de valores envolvendo a não-violência, a responsabilidade ética, a compaixão, a solidariedade, a paz entre os seres vivos, o desapego, o respeito à vida em todas as suas manifestações, a honestidade, a construção de uma fé que dialoga antes que exclui, a dignidade e, finalmente, o respeito ao espaço público e à cidadania... Logo construir uma cultura de paz implica em focalizar, não o conflito, como é típico na mentalidade de luta, mas as soluções pró-ativas na criação de novos valores focados no diálogo que irão ter reflexos na vida privada dos envolvidos assim como no espaço público. (MENDONÇA, 2006, p.06)

Dessa forma, de acordo com informações obtidas no site oficial do Pro Paz, as linhas básicas de atuação do programa são a geração de renda, capacitação, informação, esporte, lazer, arte, cultura, saúde, garantia de direitos, educação, comunicação e defesa social e as ações são desenvolvidas em parceria com diversos setores da sociedade, organizações governamentais e não-governamentais.

Foi no período, em que o governo de Simão Jatene (PSDB) retornou ao poder no estado do Pará¹³, que o programa passou por fases importantes no seu desenvolvimento. No ano 2013, o Pro Paz foi sancionado como Lei, a Lei de número 7.773 que organiza o Programa Pro Paz - Presença Viva, ou seja, foi transformado em política de Estado, com vinculação à Casa Civil do Governo do Estado.

Em 2014, o Pro Paz foi citado como exemplo de boa prática pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Doha, no Qatar, durante o 13º Congresso de Prevenção contra o Crime (PRO PAZ, 2014):

No evento, que reuniu chefes de Estado de todo o mundo, foi aprovado o relatório do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção de Delito (Coplad), do Instituto Latino Americano das Nações Unidas (Ilanud) e que apresenta, em uma de suas seções, 13 páginas que citam o Pro Paz como uma das experiências positivas de prevenção à criminalidade no mundo. De acordo com o documento, o Pro Paz "Oferece uma perspectiva de prevenção de espectro amplo, indo além de uma visão repressiva, propondo ações que dão maior ênfase em aspectos como a abertura de oportunidades para a população e acesso a serviços de saúde, educação em espaços mais adequados para o desenvolvimento de um tecido social mais apropriado para a prevenção da violência, ao mesmo tempo em que se reforçam ações dirigidas para o fomento de uma cultura de paz, medida que se ganha cada vez mais espaço no conjunto das estratégias preventivas"... registra que 'O Pro Paz é uma novidade relevante e pertinente que traz respostas para as necessidades das populações que sofrem de sérios problemas de exclusão social, através de processos que buscam a integração social e insere os trabalhos na comunidade envolvida diretamente'. (site do Pro Paz. Disponível em: <http://www.propaz.pa.gov.br/projetos/geral/noticias/experi%C3%Aancia-paraense-ganha-reconhecimento-da-onu>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.)

No ano de 2015, o programa Pro Paz, de acordo como a lei nº 8.097/15, foi transformado em Fundação com status de entidade da Administração Direta vinculada diretamente ao Gabinete do Governador.

Para realização de suas atividades, o Pro Paz trabalha em parceria com órgãos do Estado, dentre eles a Secretaria de Esporte e Laser (SEEL), a Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), dentro outras.

Atualmente (2015), dentro do programa existem projetos que trabalham no desenvolvimento de atividades específicas. Somam um total de nove projetos em

¹³ Como programa de governo, o Pro Paz executou as suas funções, num primeiro momento, no período de 2003-2006. O período de governo seguinte foi o de Ana Júlia Carepa (PT), no período de 2007-2010, o qual adotou outro programa voltado à juventude.

funcionamento: Pro Paz nos Bairros, Pro Paz Integrado, Pro Paz Cidadania, MOVER, Pro Paz Juventude, Pro Paz nas Escolas, Pro Paz Comunidade, Pro Paz Infra e Unidade Integrada Pro Paz (UIPP). Esta última, nosso objeto de investigação, será mais detalhada a seguir.

2.3 Unidade Integrada Pro Paz Terra Firme – A primeira do Estado do Pará

A Resolução nº 171/11 do CONSEP¹⁴, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, no ano de 2011, “*define diretrizes gerais para políticas de Estado e aprova linhas de ação para proteção de crianças e adolescentes*” (DOE/PA, 2011):

Art.1º- Definir como diretrizes gerais para as políticas de Estado de Segurança Pública:

- I- Respeito aos princípios norteadores dos Direitos Humanos;
- II- Fortalecimento de ações que estimulem a cultura de Paz;
- III- Formação de agentes do sistema de segurança para uma atuação de respeito a Cidadania;
- IV- Investimento em segurança comunitária.

Art. 2º- Ficam aprovados como linhas de ação para a proteção a crianças e adolescentes no âmbito das políticas de segurança públicas no Estado do Pará:

- I- **Criação das Unidades Integradas Pró-Paz de segurança comunitária;**
(grifo meu)

O artigo da Resolução, acima exposto, aprova a criação de Unidades Integradas Pro Paz de segurança comunitária. De acordo com o seu projeto de implantação, “*esta unidade atuará sob a ótica da parceria e integração entre a Segurança Pública, os Órgãos de Proteção Social e Comunidade*” (SEGUP, 2011).

E cumprindo o estabelecido na Resolução nº 171/2011, foi inaugurada em 09 de dezembro de 2011, a Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) no bairro da Terra Firme, no município de Belém – PA. Um projeto do Governo do Estado do Pará criado sob gestão de Simão Jatene, governador no período de 2011 a 2014, elaborado e implantado em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e do Programa Pro Paz.

A Imagem 3 corresponde a uma foto emblemática do dia da inauguração da UIPP, onde estão presentes o governador do Estado, autoridades da segurança

¹⁴ Conselho Estadual de Segurança Pública que conta com representantes de várias instâncias do Estado e da sociedade civil.

pública e lideranças comunitárias do bairro, entre estas os membros do CONSEG do bairro da Terra Firme:



Imagem 3: Inauguração da UIPP.

Fonte: < <http://jornalcorreiojurunense.blogspot.com.br/2011/12/moradores-da-terra-firme-aprovam.html>> Acesso em: 02 de novembro de 2015.

A imagem 4, ilustra a inauguração oficial da UIPP, onde podem ser identificados o governador Simão Jatene junto com autoridade da segurança pública, secretário de segurança e delegado geral, o vereador do bairro e crianças que já eram atendidas pelo Projeto Pro Paz nos bairros, no Pólo UFRA.



Imagem 4: Inauguração da UIPP Terra Firme

Fonte:< <http://jornalcorreiojurunense.blogspot.com.br/2011/12/moradores-da-terra-firme-aprovam.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

Antecedendo a implantação do projeto no bairro, estudos e dados estatísticos acerca do bairro foram empreendidos pela SEGUP (2011)¹⁵. De acordo com as características e definições levantadas pelo estudo, o bairro da Terra Firme apresentava grande carência de políticas públicas em todas as áreas: infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, lazer, em decorrência da ausência efetiva do Estado somada à predominante condição de pobreza da população local, situação contribuía para elevadas estatísticas de violência em especial aquelas decorrentes do domínio do crime organizado de acordo com Couto (2010).

Dados oficiais da Polícia Civil, registrados no ano de 2010, demonstram que os casos de roubos, furtos e homicídios têm maior ocorrência, dentro do setor do 8º Distrito Administrativo de Belém que abrange os bairros Guamá, Jurunas, Cremação, Terra Firme, Canudos e Condor. Dentre esses bairros, os Gráficos 2, 3 e 4, disponibilizados pela PC/SEGUP e presentes no Projeto de Implantação das UIPP, dão evidência para o registro de números de roubos, furtos e homicídios nos bairros do Guamá, Terra Firme e na área denominada Universitário, em Belém:

¹⁵ Estudo realizado pela Superintendência de Estudos e Prevenção da Violência e da Criminalidade da SEGUP Pará.

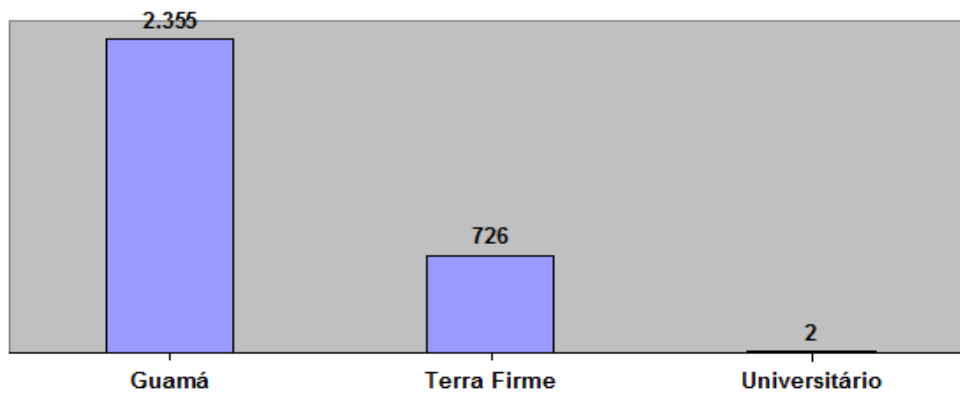


Gráfico 1: Total de roubos registrados em 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário, na cidade de Belém-Pa

Fonte: SEGUP, 2011, p. 18.

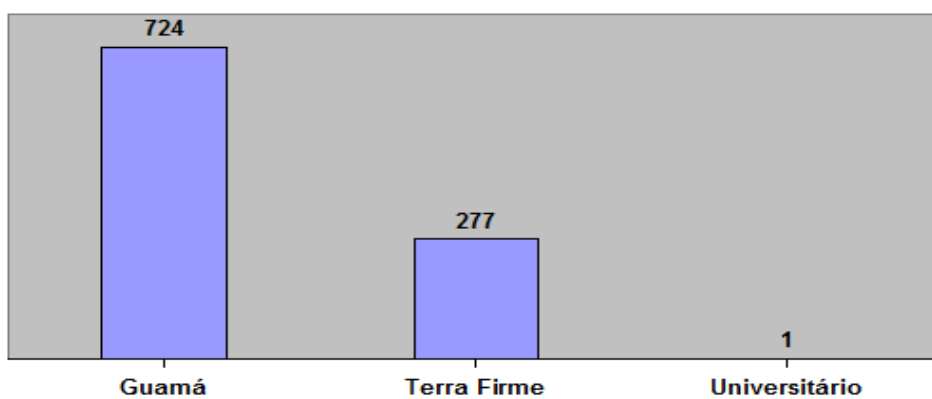


Gráfico 2: Total de furtos registrados no ano de 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário.

Fonte: Fonte: SEGUP, 2011, p. 18.

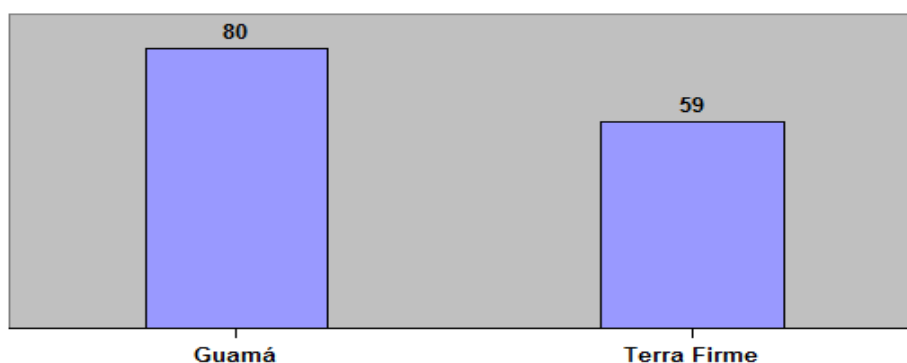


Gráfico 3: Total de homicídios registrados em 2010 nos bairros do Guamá, Terra Firme e Universitário.

Fonte: SEGUP, 2011, p. 19.

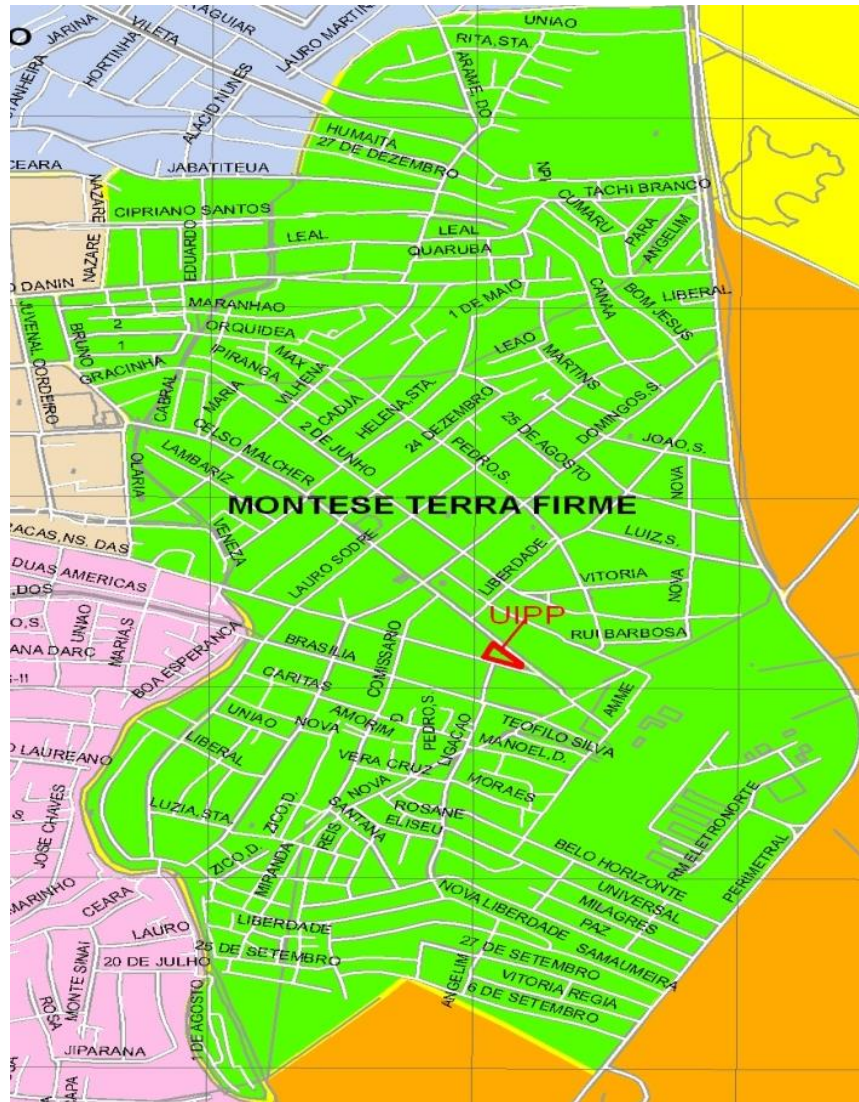
Através desses dados foi possível identificar a situação das ocorrências desses crimes no bairro e nos bairros próximos a sede da primeira UIPP. Entretanto,

é possível notar através dos números de ocorrência desses tipos de crimes que o bairro da Terra Firme não é o que apresenta maior número de ocorrências, o destaque para o bairro com maior ocorrência desses crimes na capital paraense fica para o Guamá.

Apesar do projeto de implantação das UIPP apresentar através desses dados que o bairro mais violento da capital é o bairro do Guamá, a Terra Firme como o segundo mais violentos, ambos com elevado número de homicídios, roubos e tráfico de entorpecentes, o projeto não deixa claro o motivo da escolha da Terra Firme para a implantação da primeira UIPP. Somente no ano de 2014 foi implantada uma UIPP no bairro do Guamá as proximidades do projeto Riacho Doce. O que ressaltado é que bairro da Terra Firme foi escolhido para ser implantada a primeira Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) não por ser o mais violento, mas por estar dentre os mais violentos da capital paraense.

A definição dada ao projeto é que se trata de um “*modelo inovador de segurança pública no Estado do Pará*” (SEGUP, 2010, p,02), estabelecendo parceiras. Portanto, conta com serviços de diversos órgãos como Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública, Programa Pro Paz e a participação da comunidade “*que é cliente e parceira dos agentes do Sistema de Segurança Pública*” (SEGUP, 2011). Assim, a delegacia do bairro¹⁶ foi fechada e passou a funcionar nas dependências da UIPP. O Mapa 6 destaca a localização da UIPP dentro do bairro:

¹⁶ O prédio da delegacia da Terra Firme ficava na Avenida Celso Malcher, esquina com passagem Comissário, em frente à Igreja São Domingos de Queluz.



Mapa 6: Bairro Terra Firme e confinamentos. Belém-PA

Fonte: < http://bussolapara.xpg.uol.com.br/BUSSOLA_BEL%C9M_TERRA%20FIRME.jpg>. Acesso em: 10 de junho de 2015.



Imagem 5: Fachada da UIPP Terra Firme.

Fonte: http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=21563. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

A idealização de um projeto como o da Unidade Integrada Pro Paz, na área da Segurança Pública, é um desafio para o setor por se tratar de uma estrutura que comporta vários órgãos públicos e que chega a um bairro como a Terra Firme caracterizado pela ausência de políticas públicas em todas as suas esferas desde os mais básicos, além de ser um bairro estigmatizado pela violência.

O projeto apresenta a característica de uma política preventiva da criminalidade. Tem como objetivo maior a aproximação e retomada da crença sobre o papel do Estado na segurança pública e proteção social, sendo idealizado para trabalhar com os preceitos de policiamento comunitário, envolvendo a comunidade em suas ações para assim promover mudanças sociais:

A política de polícia comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas, principalmente, na parceria entre a população e as instituições de segurança pública e/ou defesa social. Baseiam-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto a população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. (SENASP, 2006, p. 07)

De acordo com Soares (2006) experiências nacionais e internacionais mostram que ações aliadas à prestação de resultados são eficientes enquanto

políticas de prevenção, mesmo admitindo que os argumentos referentes ao caráter superficial dessas políticas e que as mesmas não impedem o retorno do problema da violência e do crime, ainda vê essa política preventiva como a melhor solução:

Elas salvam vidas, reduzem danos e sofrimentos... quando isso é feito, as políticas preventivas instauram padrões de comportamento, suscitam sentimentos e acionam percepções coletivas que se convertem, elas mesmas, em causas de situações menos permeáveis às pressões de fatores criminológicos. (p.95)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) analisa e descreve experiências bem sucedidas de redução de homicídios nos anos 2000 e com isso constatou que as mesmas foram marcadas pela cooperação, pela mudança das práticas institucionais e pela integração de recursos disponíveis. É nesse ponto que os órgãos responsáveis pela criação e implantação da UIPP afirmam ser o diferencial da mesma, portanto, vejamos a seguir os objetivos que a unidade apresenta.

2.3.1 Objetivos da criação da UIPP (Unidade Integrada Pro Paz)

A UIPP tem por objetivos a realização de um trabalho de prevenção à criminalidade e de resolução de conflitos.

Não obstante, Projeto de Implantação declara que a pretensão da UIPP não é oprimir, mas sim permitir que o Estado devolva àquela comunidade, onde venha a ser implantada, os seus direitos e promover a inclusão social em especial de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade para que tenham novos sonhos, novos ídolos, novas oportunidades na vida (SEGUP, 2011).

Os objetivos, geral e específico, da UIPP são (SEGUP, 2011):

Geral:

- Consolidar a Unidade Integrada Pro Paz- UIPP, como filosofia e estratégia organizacional no Sistema de Segurança Pública, como política pública, política de comando e normas institucionais, expandindo a filosofia e os princípios de “Segurança Comunitária” para todos os seguimentos e atividades de segurança, estimulando a participação na comunidade e o aprimoramento do conhecimento profissional dos agentes de segurança, motivando-o a atuar dentro dos preceitos do policiamento comunitário.

Específicos:

- Promover a interação e integração dos órgãos públicos de segurança com as comunidades, estimulando a integração e a parceria com os diversos

segmentos sociais no âmbito estadual, regional e municipal, objetivando a melhoria da qualidade do serviço prestado, o desenvolvimento de ações que oportunizem aos comunitários, o exercício pleno da cidadania no diagnóstico, análise e soluções de problemas de Segurança, com diminuição da incidência criminal, na busca de melhor qualidade de vida no bairro da Terra Firme.

- Viabilizar o envolvimento da comunidade com objetivos organizacionais claros e compartilhados, que faz parte da filosofia de Segurança Comunitária, onde cada segmento estará fomentando o trabalho em equipe, na qual, a conjugação de esforços possa ser fundamental para o êxito organizacional, satisfazendo a população nos aspectos de segurança, salubridade e tranqüilidade pública.
- Integrar a comunidade às varias instâncias governamentais e não governamentais sensibilizando os moradores do bairro no sentido de resgatar valores morais e sociais para a convivência harmoniosa buscando a melhoria da qualidade de vida local e melhoria da sensação de segurança, priorizando áreas carentes e de altos índices de criminalidade, de forma a desenvolver o policiamento comunitário com participação da comunidade.

Além desses objetivos, o projeto enfatiza que o maior objetivo a ser alcançado é *“a efetiva presença do Estado nas áreas consideradas de risco e conseqüentemente a retomada de territórios hoje dominados pelo crime organizado, principalmente pelo tráfico de drogas, as chamadas bocas de fumo ou mesmo onde a droga é produzida e distribuída”*. (SEGUP, 2011, p.07)

Os objetivos apresentados estão em consonância com o recomendado no PNDH – 3, em seu Eixo Orientador IV, que ressalta a importância da participação popular no sistema de segurança pública, recomendando implantar *“atividades de policiamento comunitário e policiamento orientado para a solução de problemas”* (PNDH, 2010, p.142) e *“fomentar iniciativas de mediação e conciliação estimulando a resolução de conflitos”* (PNDH, 2010, p.177).

2.3.2 Estrutura de funcionamento

Com uma política voltada para a aproximação com a comunidade, que deve ser tratada como principal parceira e cliente nesse processo, o discurso apresentado é que se tem com isso a meta de combater e prevenir o crime e a violência que estigmatiza o bairro.

Orgãos que compõem a UIPP, e sua forma de atuação: ¹⁷

- **PROPAZ:** desenvolve atividades de esporte e lazer além de coordenar e monitorar atividades que envolvam a comunidade tais como: cursos profissionalizantes, palestras educativas, e outras atividades que a comunidade e órgãos públicos queiram desenvolver na unidade.
- **SEDUC:** cede professores de educação física, de inclusão digital e coordenador pedagógico para atuar nas atividades do PRO PAZ.
- **POLÍCIA CIVIL:** A polícia desenvolve seu trabalho na unidade através de uma Delegacia de Polícia Civil (atendimento policial e mediação de conflitos, o qual explicarei mais minuciosamente o funcionamento) e de um posto de identificação civil (emissão de RG, todas as vias)
- **POLÍCIA MILITAR:** Funciona no mesmo espaço 6ª cia ,26ª batalhão.
- **DEFENSORIA PÚBLICA:** a defensoria pública faz o atendimento através de uma assistente social que trabalha casos como: divórcio, separação, guarda, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade (DNA); Atendimento ao público em geral, orientação e encaminhamento para as redes estaduais e municipais e o Núcleo Especializado da Defensoria Pública. E uma vez por semana fornece um defensor público que despacha as demandas diretamente para a justiça. Há também a emissão de CPFs.
- **SEJUDH:** emissão de carteira de trabalho.
- **CORPO DE BOMBEIROS:** serviço de moto incêndio, com a utilização de uma moto adaptada com um equipamento que contem produtos que combatem incêndios de pequenas proporções tais como incêndios em postes de energia, ou fazem o atendimento prévio até a chegada de viaturas de porte maior e maior capacidade de combate, ou ainda o profissional bombeiro pode fazer o primeiro atendimento de vítima de acidente até a chegada de viatura de socorro e, também fornece voluntários/as civis que trabalham com atendimento e orientação ao público (recepção).

¹⁷ A estrutura apresentada é referente ao que funcionava na UIPP até o ano de 2013.

- **PROJETOS DA COMUNIDADE:** a comunidade utiliza os espaços do auditório e quadra de esportes mediante previa solicitação e posterior autorização da coordenação do PRO PAZ assim como do administrador geral da unidade e de acordo com a disponibilidade de horário. Os projetos que tem agenda permanente na unidade são os de capoeira, jiu-jitsu e dança para a melhor idade, todos prestando serviço voluntário e sem cobrança de mensalidade para os/as alunos/as.

No Relatório de Pesquisa, realizado em 2014 pelo Pro Paz, foi elaborado um Fluxo de Atendimento referente à UIPP Terra Firme:

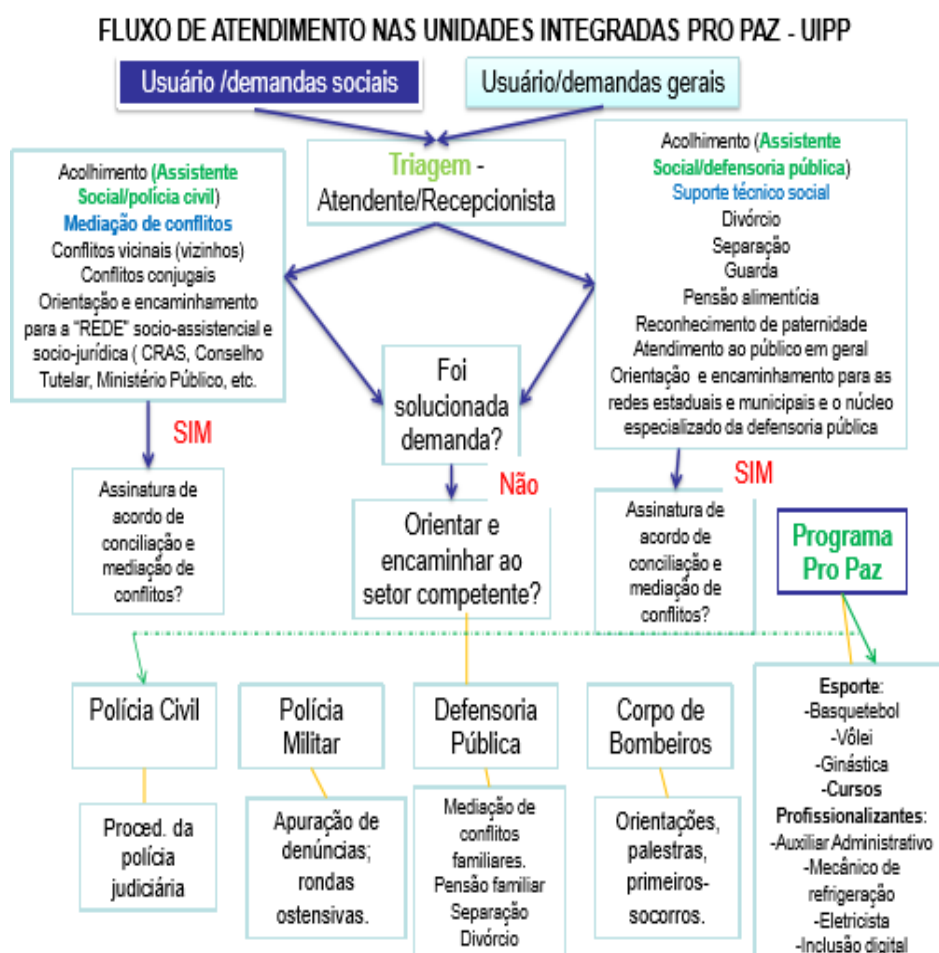


Figura 1: Fluxo de atendimentos na UIPP Terra Firme.
Fonte: Relatório de Pesquisa UIPP (2014, p. 05).

Na composição da estrutura de atendimento, estão presentes também órgãos que prestam serviços à unidade ou quando são solicitados ou em determinado período. São eles: IAP (coordenador do Projeto Pro Paz nos bairros e

cede servidores para os Pólos Pro Paz e UIPP Terra Firme que disponibiliza, mediante solicitação, oficinas de dança, teatro e exibição de filmes; SETER¹⁸ (Secretaria e Estado de Trabalho Emprego e Renda) fornece cursos profissionalizantes gratuitos, dentre os quais mecânico de motos, manicure/pedicure, pintor predial, gesseiro, auxiliar administrativo.

O prédio da Unidade também é disponibilizado para a realização de projetos que já existam no bairro ou para outras demandas que venham a surgir, tais como reuniões, encontros, cursos, atendimento de demandas espontâneas na mediação de conflitos e prevenção de crimes. Possui em suas dependências um auditório com capacidade para 50 pessoas, quadra de esportes e sala de informática.



Imagem 6: Oficina de percussão, em 2012, iniciativa da comunidade.
Foto: Deyse S.S. Teixeira (2012)

¹⁸ Atual SEASTER – Secretaria de Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.



Imagem 7: Turma recebendo certificado de conclusão do curso de gesso, ano 2013.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=641102006007539&set=pb.100003232375797.-2207520000.1460558106.&type=3&theater>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.



Imagem 8: Palestra de prevenção à DST/AIDS com senhoras da comunidade, ano 2014, evento promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA).

Fonte: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=529751453809262&set=pb.100003232375797.-2207520000.1460558431.&type=3&theater>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.



Imagem 9: Crianças atendidas pelo projeto em atividade no laboratório de inclusão digital da UIPP

Fonte: Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.



Imagem 10: Oficina de hip hop na quadra da UIPP, I Colônia de Férias 2012.

Fonte: < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=249612018489875&set=pb.100003232375797.-2207520000.1460558785.&type=3&theater> >. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.



Imagem 11: Projeto de jiu-jítsu gratuito com professores voluntários da comunidade, atua desde 2012 na quadra de esportes da UIPP Terra Firme. Nessa imagem estão fazendo apresentação no evento de comemoração no 1º aniversário de inauguração da UIPP.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=308445832606493&set=pb.100003232375797.-2207520000.1460589220.&type=3&theater>. Acesso em: Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

As imagens 5 a 11 são representativas dos projetos e eventos desenvolvidos na UIPP Terra Firme pela própria comunidade local e pela Pro Paz. Essas situações foram presenciadas por mim quando atuava na coordenação e na organização enquanto servidora pública atuante no local. Com essas imagens podemos perceber que a comunidade local é participativa e interessada em desenvolver atividades diversas.

Seguindo a estratégia de aproximação com a comunidade, o Corpo de Bombeiros do Estado do Pará e a Polícia Militar, também desenvolvem projetos junto à comunidade. Esses projetos envolvem tanto a capacitação de servidores da UIPP e liderança comunitária, como a comunidade no geral (jovens e adultos). É o caso do Programa de Educacional de Resistência às drogas e à violência (PROERD), um projeto desenvolvido pela Polícia Militar do Pará e tem como público alvo crianças e adolescentes e conta com policiais militares capacitados para trabalhar com o público infanto-juvenil; trata de temas como a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas.

Abaixo, imagens do projeto “Bombeiro na Comunidade” que em suas duas edições capacitou 40 jovens e adultos da comunidade na prevenção de acidentes domésticos e incêndios, além da capacitação para realização de primeiros socorros:



Imagem 12: Simulação de primeiros socorros. II Oficina “Bombeiro na Comunidade”(2014)
Fonte: < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=575802839204123&set=pb.100003232375797.-2207520000.1460558430.&type=3&theater>>. Acesso em: Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

Após a exposição do percurso e desenvolvimentos da política de segurança pública no Brasil e no estado do Pará e, focando na estrutura, objetivos e funcionamento da UIPP, podemos dizer que o tipo de projeto como a UIPP é uma tendência no Brasil e que corresponde ao que é esperado pela sociedade atual – uma polícia mais próxima da população e que essa população seja participativa nesse cenário. Como o próprio PNDH-3 declara, houve essa aproximação entre sociedade e polícia, na verdade ainda é algo que está em processo.

Podemos dizer que é algo novo no estado do Pará por propor trabalhar num mesmo espaço físico, e de forma integrada, todos esses órgãos, mas é uma tendência que segue padrões nacionais, prova disso é a UPP no Rio de Janeiro, a UPR no Paraná e outros projetos em vários estado do Brasil¹⁹.

2.3.3 UIPP Terra Firme - vivências

Recordo que de primeiro dia de trabalho na UIPP Terra Firme, que também fora a primeira vez que adentrei neste bairro. O que pensava a respeito dele era somente o que haviam me falado e o que via estampados nas matérias dos jornais -

¹⁹ Vale lembrar que o modelo de polícia comunitária adotado no Brasil é baseado no canadense e no japonês.

acerca da violência que imperava ali. Entretanto, após descer do ônibus, na Av. Celso Malcher esquina com R. São Domingos, ao longo do trajeto comecei a perceber a rotina do lugar, crianças indo pra escola acompanhados ou não de seus pais/responsáveis, o movimento da feira com vários vendedores ambulantes, pessoas indo para o trabalho, lojas abrindo para começar mais um dia de trabalho, carros, motos e bicicletas disputando o trânsito desordenado ao longo da Av. Celso Malcher. Enfim, a rotina de um bairro como outro qualquer.

Durante os três anos que ali trabalhei tive um intenso contato com a comunidade em geral, crianças, adolescentes, seus familiares, pais, mães, tios, tias avós, avôs, líderes comunitários, artistas locais, os vizinhos do entorno da UIPP, pessoas que muitas vezes nos procuravam para somente conversar, tirar uma dúvida ou iam à procura de ajuda para resolver seus problemas, uma orientação. Muitos já eram nossos conhecidos, sabíamos de seus problemas, de sua história familiar, dos seus dramas pessoais, da sua luta diária para a sobrevivência. Em alguns momentos entravam ali para serem atendidos pelos serviços do Pro Paz ou de emissão de documentos ou para ter orientação dos serviços de assistência social, em outros, iam até o local devido a alguma ocorrência policial envolvendo seu parente, filho, marido, vizinho.

Ali vi de tudo um pouco. Aos poucos fui perdendo o medo que as histórias de violência no bairro nos impunham; já andava pelas ruas tais como a Passagem Ligação, tida como “perigosíssima”, e o melhor de tudo, era o fato de ser reconhecida pelos moradores, pelas crianças que brincavam na rua, eram nossos alunos e alunas, seus pais e parentes. Ia comprar pão na padaria do pai de um de nossos alunos, ou mesmo tinha que ir nas residências para conversar com o/a responsável de algum aluno/a. Ao fazer a inscrição do jovem para fazer as atividades disponibilizadas pelo Pro Paz, preenche-se uma ficha de inscrição na qual constam todos os dados com os contatos. Entretanto, o número de telefone, a forma mais rápida de entrar em contato com os responsáveis pelo jovem atendido, era nossa principal dificuldade, pois muitas vezes trocavam constantemente de número ou o serviço estava fora de área, entre outras dificuldades de comunicação. Assim, a equipe acaba se deslocando até a residência da família para entrar em contato com a mesma.

Notava na fala das pessoas, dos pais, mães e familiares dos/as alunos/as que eles esperavam, que, com a vinda da UIPP que a situação do bairro, de um modo geral, melhorasse. E que esperavam que a UIPP, como órgão representando o Estado, auxiliasse nessa mudança.

2.3.4 O que mostram as estatísticas

Quando se trata da avaliação de políticas públicas, a comparação entre os dados estatísticos oficiais, ou seja, os gerados pelos órgãos estatais responsáveis, e os dados estatísticos levantados por instituições que realizam estudos acerca de determinado tema, são importantes para a realização análise do trabalho desenvolvido pelo Estado. A partir dessa comparação é possível apreender diversas questões, que podem variar da concordância dos dados de ambos ou mesmo da parcial ou total discordância.

Quando se trata de estatísticas na área de segurança pública, existe uma polêmica quanto aos dados gerados. Alguns pesquisadores afirmam que os dados gerados não são confiáveis por uma série de fatores, tais como a falta de capacitação de policiais para o registro de ocorrências ou o modo como os dados são registrados, o que pode variar muito de um local para outro (LIMA E BORGES 2014, p.217):

Existem pesquisadores que crêem que as estatísticas criminais estão corrompidas por erros de medição resultantes de diferenças nas práticas dos trabalhos das polícias, ou por falta de treinamento dos responsáveis pela coleta das informações primárias dos fatos criminosos. Por outro lado, alguns estudiosos preferem assumir que, ainda que tais problemas existam, eles necessariamente não impedem o uso das estatísticas criminais para determinar a eficácia de políticas destinadas a reduzir a criminalidade

Além disso, Lima e Borges (2014) afirmam que no caso do Brasil a questão da padronização nos estados no que se refere à geração de dados em segurança pública e da criação de um sistema nacional de informações de segurança pública, são exemplos de que está ocorrendo uma mudança nesse cenário e que os dados sobre segurança pública podem ser utilizados em pesquisas e são confiáveis.

Desta forma, vejamos os dados oficiais com levantamentos sobre os serviços prestados, assim como dados estatísticos criminais referentes ao período estudado

e a comparação com dados regionais, nacionais e até internacionais acerca da criminalidade. Esses dados permitem fazer uma análise da situação da política, se ela realmente alcançou o que tem por objetivo, e ao mesmo tempo serve aos gestores que podem usá-las como diagnóstico para avaliar a política e observar falhas no projeto, possibilitando solucioná-los.

Como já fora exposto, a UIPP Terra Firme conta com um setor do Pro Paz que disponibiliza diversos cursos e atividades voltados para a comunidade. A tabela abaixo apresenta números referentes a esses atendimentos²⁰:

Tabela 2 - Número de crianças e adolescentes atendidos na UIPP Terra Firme e Distrito Industrial, nos anos de 2012 e 2013.

Ano	Município	Serviços	Pessoas beneficiadas [1]
2012	Belém	Confecção de Pipa/ Dança Contemporânea/ Iniciação Teatral/ Teatro/ Dança do Ventre/ Hip Hop/ Dança de Salão	600 crianças e adolescentes
2013	Belém	Esporte/Lazer/ Jiu-Jitsu / Dança/ Capoeira/ Informática	251 crianças e adolescentes

Fonte: Pro Paz (2014).

[1] Os dados referem-se ao número de atendimentos e não ao número de pessoas atendidas, conforme os relatórios de 2012 a 2014.

Dos dados referentes especificamente sobre segurança pública, um dado emblemático, e que é fundamental para essa pesquisa, é o que observamos no Gráfico 4. Entre os anos de 2011 e 2014 houve uma redução de 9% nos delitos na Terra Firme. No período de 2013-2014 houve queda de 3,8% nos delitos cometidos. (Relatório de Pesquisa Pro Paz 2014, p. 34)

²⁰ Dados extraídos da apresentação sob o título “Rede de Serviços do Estado e Cultura de Paz” da Profª Msc. Izabela Jatene de Souza, integrante do Comitê Gestor do Pro Paz, no I Encontro Municipal dos Conselhos Comunitários de Segurança.

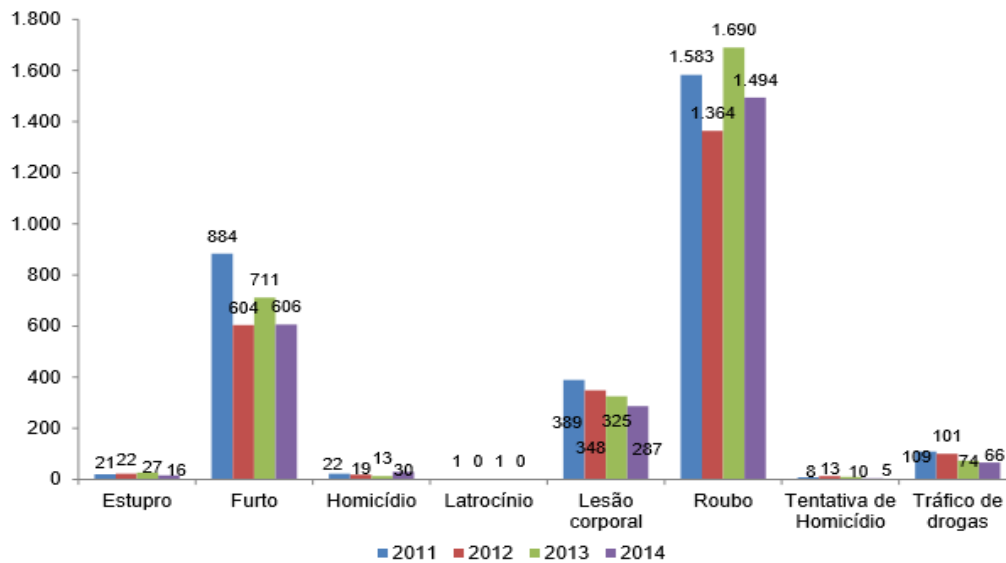


Gráfico 4 - Comparação entre os delitos cometidos a partir de 2011 até novembro de 2014 na Terra Firme

Fonte: Relatório de Pesquisa Pro Paz (2014, p. 34).

O Relatório de Pesquisa do Pro Paz comenta acerca desses dados, que “quando se faz a análise comparativa tendo como ano base 2011, houve uma redução de 9% nos delitos na Terra Firme quando comparados ao ano 2014. Na variação 2013/2014 houve uma pequena queda de 3,8%.” (PRO PAZ, 2014, p.34). Na verdade, essa redução é pequena e traz pouco impacto quando se trata de dados significativos e no cotidiano de moradores e pessoas que freqüentam ou passam pelo bairro todos os dias.

Em reportagem publicada num jornal de grande circulação no Pará, a SEGUP comemora dados divulgados na publicação Mapa da Violência de 2015. Dessa publicação, a matéria extrai dados no período de 2010 a 2012 concluindo que houve uma redução no número de mortes por armas de fogo no estado do Pará (O Liberal, 2014, p.):

Em 2010, o Pará figurava na terceira colocação, com taxa de 34,6 óbitos por armas de fogo a cada cem mil habitantes. Já em 2012, o índice caiu para 28,8 permitindo que o Pará deixasse a terceira colocação e passasse a ocupar a oitava.

Entretanto, quando consultamos diretamente a publicação citada vemos que ela apresenta dados de um longo período de tempo, então se percebe que a matéria do jornal pegou apenas uma parte da publicação, o que acaba tornando esses

dados tendenciosos e não mostram a realidade dos dados apurados. Exemplo disso, são os dados referentes ao período de 2002-2012 (MAPA, 2015, p.29):

Pode ser observado o forte crescimento da mortalidade (por arma de fogo) na região Norte — 135,7% na década, mais que duplicando o número de vítimas no período. Na Região Norte, Pará e Amazonas atuam como carro-chefe desse crescimento, mais que triplicando o número de mortes por AF no período.

A questão da segurança pública, para ser bem sucedida, precisa de outros fatores para o seu bom desenvolvimento. Entre essas questões, está a do saneamento básico. Fica inviável, por exemplo, viaturas adentrarem em ruas sem condições de trafegabilidade. Assim como é inviável para uma viatura policial, também é inviável para uma ambulância, para o caminhão de coleta de lixo, e outros serviços.

Como já mencionado, a Terra Firme é um bairro que ainda apresenta deficiências com relação à saneamento básico, serviços de saúde e educação. Exemplo disso são as obras de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba que já se arrastam há mais de vinte anos. Essa obra foi planejada para beneficiar centenas de famílias tanto do bairro da Terra Firme como do Guamá e parte do Marco e Canudos. Problemas de alagamentos nesses bairros vão ser solucionados com a obra, assim como a trafegabilidade nos bairros, a qualidade de vida dos moradores também vai melhorar visto que esses têm suas casas inundadas pela chuva e esgoto quando está no período chuvoso, prejuízos materiais e doenças serão evitados.

Assim, a melhoria nos números da segurança pública não dependem exclusivamente de políticas em segurança pública, mas de um conjunto de medidas que atinjam diversos setores.

Até o primeiro semestre de 2015, o governo do estado do Pará divulgou que foram implantadas 49 Unidades Integradas Pro Paz em todo o Estado²¹. No ano de 2015 foram investidos 2,35 bilhões em segurança pública para a aquisição de equipamentos, obras, custeio de pessoal, com o objetivo de consolidar o modelo de gestão integrado, sob a gestão da SEGUP.

²¹ Fonte Jornal O Liberal. Matéria “Governo apresenta avanços no Pará” caderno poder ano LXX Nº34.910. 07 de fevereiro de 2015.

3 UPP/RJ - UPR/PR – UIPP/PA : Unidades de Segurança Pública com visão de polícia comunitária. Algumas considerações.

Uma Unidade de Polícia Pacificadora foi implantada no Rio de Janeiro no ano de 2008, como uma resposta do Estado ao alto índice de criminalidade em especial ao tráfico de drogas, assaltos e homicídios na capital carioca. Sob o comando do secretário de segurança do Estado José Beltrame²², essa política em segurança pública adota os preceitos de polícia comunitária.

De acordo com Netto e Oliveira (2015, p.10):

A UPP recupera territórios ocupados por traficantes e grupos armados ao longo dos anos, reinserindo a presença do Estado nesses locais. Juntamente com a força policial são implementadas várias políticas sociais com o objetivo de promover serviços básicos aos moradores desses locais; como por exemplo, luz, água e serviços telefônicos.

Durante os sete primeiros anos após a implantação das UPP's, as taxas de homicídios no Rio de Janeiro tiveram uma redução significativa, chegando a um número de 25 a cada 100 mil habitantes – antes esse número era de 41 por 100 mil habitantes (TRIP, 2015). De acordo com entrevista concedida à revista eletrônica TRIP, o secretário Beltrame afirma que atualmente são 38 Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) atuando em 200 comunidades, com um contingente policial que chega a cerca de 10 mil PMs.

Nos últimos dois anos os casos de crimes envolvendo policiais atuantes nas bases das UPP, confrontos por territórios usados para o tráfico de drogas entre facções rivais em locais outrora “pacificados”, assassinatos de cidadãos moradores desses locais, todos esses acontecimentos levaram ao questionamento se as UPPs fracassaram em seus objetivos²³.

A resposta dada pelo próprio secretário Beltrame é que o mesmo acredita que o Estado vem perdendo no combate ao tráfico de drogas, gerador de todo esse índice alarmante da violência. Afirma ainda, que é um erro jogar toda a responsabilidade para a segurança pública, fala isso com base na experiência bem

²² Beltrame está no cargo desde 2007, são mais de 9 anos no cargo, antes dele a Secretaria de Segurança Pública do RJ tinha um secretário novo a cada ano

²³ “Os dados oficiais, no entanto, mostram que este deve ser o ano com menor número de homicídios, de menor número de mortes em confronto policial e de menor número de pessoas desaparecidas – rubrica cujo crescimento poderia explicar a queda no número oficial de assassinatos. Por outro lado, os roubos a pedestres continuam a aumentar, dando argumento a quem se sente desprotegido no Rio.” (TRIP, 2015.)

sucedida em Portugal que descriminalizou o uso de drogas no país mas antes se preparou para cuidar dos usuários, ou seja, passou de um problema de polícia a um problema de saúde pública.

Apesar desse posicionamento, a declaração a seguir é uma contradição pelo posicionamento do secretário ao continuar defendendo o projeto da UPP (TRIP, 2015):

A UPP não acabou, não vai acabar. Desculpe a pretensão, mas é um grande projeto. A única coisa boa que aconteceu nesses lugares nos últimos 40 anos. A UPP é hoje projeto reconhecido pelas Nações Unidas. Diminuiu em 72% os homicídios dentro dessas áreas. Diminuiu em 82% a letalidade violenta, que é o policial que mata e chuta porta. Diminuiu a incidência de pessoas baleadas em hospitais. Diminuiu a evasão escolar nas áreas atendidas. A UPP tem problemas nos grandes complexos. No Alemão, onde moram 140 mil pessoas, na Rocinha, que tem 110 mil. Temos lugares, como Tijuca, Cidade de Deus, Babilônia, Jardim Batan, que vão muito bem. Os índices de criminalidade na cidade do Rio estão despencando há seis meses, desde janeiro. Mas aconteceram aqui episódios com repercussão imensa. Tivemos o incidente na Lagoa que foi péssimo para todos, em especial para aquela família. Tivemos a morte na estação do metrô da Uruguaiana, tivemos o nosso bispo assaltado. As pessoas se sentem agredidas. O sentimento de insegurança se eleva. Mas os índices estão melhores do que os do ano passado e talvez do que os de anos anteriores.

Além da UPP originária do Rio de Janeiro, podemos também registrar o caso da UPS (Unidade Paraná Seguro), que também atua nos moldes de polícia comunitária e, segundo o site do governo do Estado do Paraná tem por objetivo reduzir a criminalidade combatendo o tráfico de droga e o homicídio, tendo suas unidades “*instaladas em localidades com alta taxa de tráfico de drogas e homicídios*”.

Tive conhecimento sobre essa unidade quando participei do VI Seminário de Sociologia e Política promovido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na capital Curitiba, ano 2015, ao assistir exposições orais que tratavam sobre o tema segurança pública.

Uma das exposições chamou a minha atenção ao tratar sobre Unidade Paraná Seguro (UPS), da qual nunca ouvira falar, onde o expositor²⁴ tratou sobre um trabalho por ele desenvolvido enquanto analista geocriminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Sob o título “*O paradoxo sobre as políticas de metas da Segurança Pública no Estado do Paraná (2011-2013): o caso das*

²⁴ Vladimir Luis de Oliveira, mestre em Sociologia Política e Doutor em História pela UFPR.

UPS's em Curitiba”, o autor afirma que essa unidade de policiamento trabalha nos moldes das UPP do Rio de Janeiro, que fora implantada em áreas consideradas de alto índice de criminalidade como tráfico e consumo de drogas, assaltos e homicídios, mas que foi implantada como vêm sendo implantadas muitas políticas de combate e prevenção à violência e a criminalidade no país, segundo o que os agentes de segurança pública “acham” ser a melhor solução para o problema devido a sua experiência prática. Ressaltou que não há sequer um projeto de implantação da UPS que delimite objetivos, metas e estrutura de funcionamento dessas unidades. É semelhante ao que Beato conclui - “*nossas autoridades ainda acreditam que bom senso, boas intenções e intuição sejam suficientes para a formulação de políticas de segurança. A dura realidade de nossos dias parece contrariar cada vez mais esta percepção*” (1999, p.24) - e como podemos perceber ainda ocorre.

Também no site do governo do Estado do Paraná informa que no ano de 2012 foram implantadas 10 UPS na cidade de Curitiba e em 2013 foram implantadas unidades na região metropolitana de Curitiba e em cidades do interior do Estado do Paraná, com um total de 14 UPS atuando em 2013.

No site do governo do Paraná encontramos um trabalho cujo objetivo “*é mensurar o impacto dessas unidades na criminalidade em Curitiba*”²⁵. O trabalho ressalta que ao contrário do destaque dado tanto na imprensa quanto no meio acadêmico às UPP do Rio de Janeiro, a UPS do Paraná não conta com uma grande produção ou análises científicas acerca da sua atuação, por isso o destaque para esse trabalho cujo resultado, após a análise das estatísticas disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, apresenta resultados acerca do impacto dessas UPS na criminalidade em Curitiba.

O resultado encontrado foi de que houve um aumento de 5% no registro de ocorrências relacionados ao tráfico e uso de drogas, assim como os crimes de lesões e ameaça. Entretanto os autores interpretam esse resultado como uma resposta positiva, pois (OLIVEIRA, 2014, p. 506):

O crescimento das ocorrências relacionadas a crimes de lesões e ameaças não necessariamente indicam aumento na criminalidade. Esse é um resultado potencialmente associado à adoção do modelo de polícia

²⁵ Site do governo do estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016.

comunitária, cujo objetivo inicial é aproximar a comunidade das unidades policiais, o que acaba resultando no aumento da confiança dos moradores locais em relação à força policial presente. Desse forma, a consequência é o aumento da percepção de segurança dos moradores das regiões de UPS, o que gera acréscimo no registro de ocorrência de crimes que, se não houvesse a presença de agentes do Estado na localidade, possivelmente não seriam reportados.

Em suas conclusões diz que o impacto geral das UPS foi positivo no período de 2011-2013 “o que não significa que há espaço para melhora no molde de atuação praticado, especialmente no que tange aos crimes relativos às drogas.” (OLIVEIRA, 2014, p.509).

O mesmo foi constatado pelos moradores da Terra Firme com a chegada da UIPP. O sentimento de maior segurança no bairro era presente nas falas dos moradores. Devido à grande repercussão na mídia nacional sobre o trabalho das UPP no Rio de Janeiro, a população teve em mente que uma unidade como essa, estava sendo implantada no bairro, contribuiria de forma significativa para garantir mais segurança e paz às famílias desse lugar.

Enquanto estive trabalhando lá, muitas pessoas chamavam a UIPP de “UPP”; isso incluía desde moradores do bairro e população dos demais bairros, até a imprensa e muitas vezes funcionários que trabalhavam no local – seria isso falta de informação? E esses funcionários? Foram treinados ou instruídos sobre o trabalho desenvolvido na UIPP ao serem lotados no local? Aqui vale ressaltar que antecedendo à inauguração da UIPP, um curso de promotor de polícia comunitária foi ministrado e os policiais militares designados para trabalhar no local já estavam capacitados nessa filosofia de polícia. Entretanto, a rotatividade tanto de policiais civis, militares e das demais áreas era grande, sendo deslocados para outros lugares para exercer suas funções, isso devido a serem funcionários de outras secretarias que haviam sido cedidos para a UIPP, e essa mobilidade contribuiu para diminuir o sentido de coletividade do projeto.

O que posso dizer é que essa capacitação deveria se continuada, assim como o conhecimento do projeto da UIPP nos seus objetivos e filosofia, para assegurar maior sentido de ação coletiva.

A imagem 4, a seguir, mostra o protesto de estudantes da escola estadual Celso Malcher cobrando do governador a promessa de que seria construída a sua nova escola após terem sido remanejados do espaço onde foi construída a UIPP

Terra Firme. Com essa mudança a escola foi deslocada para um prédio alugado no bairro, mas sem condições de abrigar as suas atividades de forma adequada.

Para a construção da UIPP Terra Firme foram gastos mais de R\$ 2, 5 milhões (O LIBERAL *apud* PAIVA, 2012, p. 40), o que aconteceu com a escola Celso Malcher foi que a mesma até o ano de 2015, não teve um prédio construído pelo governo.

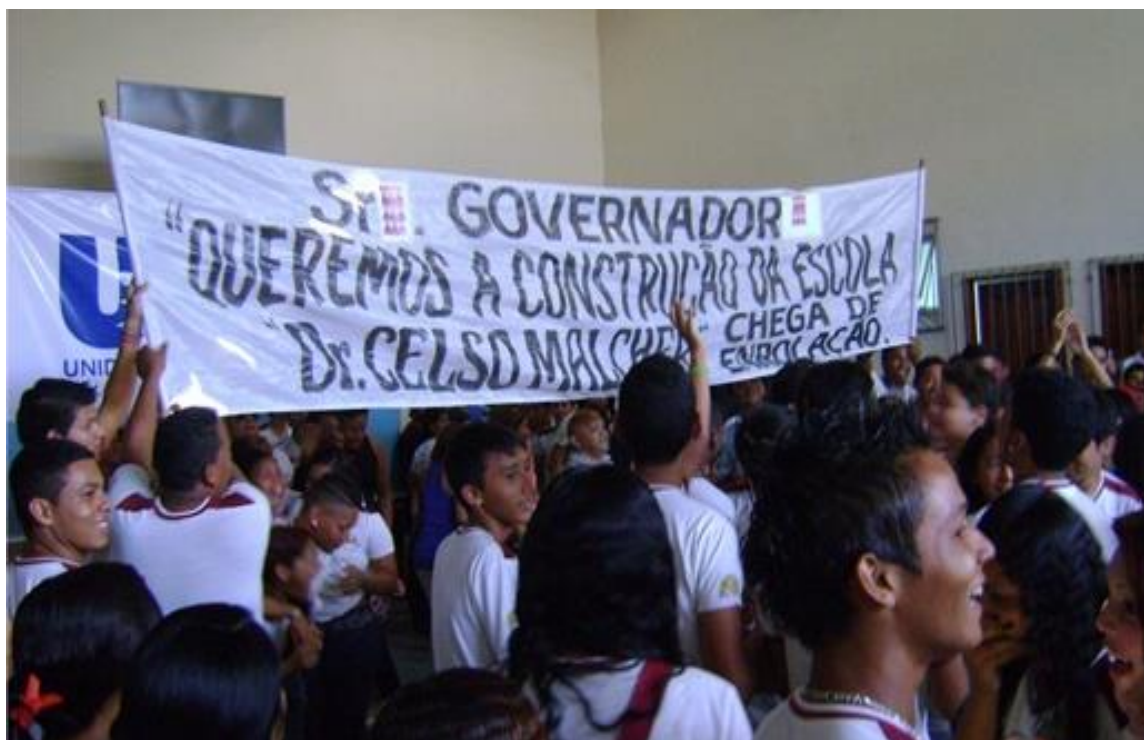


Imagem 13: Alunos/as da escola estadual Celso Malcher com faixa de protesto
Fonte: < <http://jornalcorreiojurunense.blogspot.com.br/2011/12/moradores-da-terra-firme-aprovam.html> > .Acesso em: 02 de novembro de 2015.

Quando a empresa CELPA decretou crise e corte de orçamento, um dos projetos sociais cortados foi o da escola Nuremberg, que ficava localizada nas dependências da sede da prestadora de serviços que está localizada no bairro da Terra Firme, às margens da Avenida Perimetral. A escola oferecia uma estrutura de alta qualidade e gratuita para a comunidade local, oferecendo ensino fundamental somente; as famílias das crianças que nela estudavam recebiam cestas básicas todo mês e a criança além de toda uma estrutura de ensino, também era assistida por médico e dentista no local.

O prédio onde funcionava a escola ficou fechado por cerca de um ano, entre 2013 e 2014, após esse período o prédio da antiga escola foi cedido ao Estado, que deslocou a escola Celso Malcher para o local. Ainda não é um local adequado.

A Associação de mães dos alunos da escola, assim como, professores reclamam das condições inadequadas do prédio, mas essa foi a medida paliativa encontrada pelo governo do Estado para solucionar o problema. Essa situação exemplifica a desestruturação das ações governamentais, uma vez que ao priorizar um programa, deixam de atender a outro, o que interfere na adequação dos serviços às demandas da população, contribuindo dessa forma para ocorrência de situações de violência.

CONCLUSÕES

A proposta de trabalho da UIPP Terra Firme baseado na prevenção ao crime e a mediação de conflitos, é uma tendência que vem se consolidando em todo o país. Essa mudança de paradigma na segurança pública, que outrora usava principalmente de opressão, atualmente tem consciência de que essa questão não é somente policial, mas envolve uma série de fatores que podem gerar crimes e violência.

A visão de que o trabalho da polícia contando com a colaboração e parceria da comunidade é visto hoje em dia como de fundamental importância no combate e prevenção de delitos e violências diversas. No caso específico da UIPP Terra Firme, podemos citar como boa prática o trabalho desenvolvido pelo setor de serviço social que faz a mediação de conflitos, resolvendo casos que teriam potencial para se tornarem questões de polícia, tais como os conflitos vicinais.

As políticas em segurança pública vêm sendo pensadas nessa perspectiva. Segundo Souza (2006), a questão das políticas públicas é multidisciplinar, perpassa por variados campos de abordagem conceituais. Contudo, devemos ratificar que são políticas e programas que não resolvem a questão na sua estrutura, o que seria algo definitivo, mas que de imediato tem forte impacto político.

Como vimos nos dados estatísticos, o índice de criminalidade de caiu no bairro da Terra Firme no período analisado, o que nos leva a dizer que a UIPP cumpriu com o seu objetivo inicial. Entretanto, podemos ver que foi uma medida emergencial, que a questão estrutural da violência não foi resolvida.

A desigualdade social ainda é muito presente no bairro, entre as principais reivindicações de moradores está a questão do saneamento básico, muitas ruas não têm rede de esgoto, muitas casas ainda sobre palafitas, muitas correndo até mesmo o risco de cair. Todos esses problemas poderiam ser resolvidos com o andamento da obra de macrodrenagem da Bacia do Tucumduba, apesar de ser muito divulgado que a obra abrange somente o bairro do Guamá, grande parte do bairro da Terra Firme, sobretudo a parte com maior carência de infraestrutura urbana, será beneficiada com a obra.

A adversidade de políticas governamentais como a do projeto UIPP, é que são pensadas e criadas com o propósito de criar políticas de combate ao crime, com

foco essencialmente de combate à pobreza, ou seja, está ligada não a preocupação com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas sim como uma forma de proteção das classes média e alta (BEATO. 1999). Enquanto políticas nesse moldes existirem, a sociedade, principalmente aquela parte da sociedade que não pode pagar por segurança privada, continuará padecendo e sofrendo cotidianamente com o crime.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Cap. II – O Precário Mundo do Trabalho no Brasil. 2ª Edição – Londrina; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Passado, presente e alguns desafios das lutas sociais no Brasil. In: O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEATO, Cláudio C. Política Pública de Segurança e a questão policial. Publicado em Sciello. 1999.

BERNO, A.W. Solidariedades ameaçadas e a redefinição do serviço público. In: A Reinvenção do Social: Poder Popular e Política de Assistência Sociais em Belém. Belém, Pakatatu. 2004 (p.39-60).

BLOG BUSSOLA PARÁ. Mapa da Terra Firme com localização da Unidade Integrada Pro Paz. Disponível em: http://bussolapara.xpg.uol.com.br/BUSSOLA_BEL%C9M_TERRA%20FIRME.jpg
Acesso em: 10 de junho de 2015.

BLOG CARTOGRAFIA DIGITAL DE BELÉM. Mapa do Distrito Administrativo DAGUA. Disponível em: <http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2013/05/cartografia-dos-distritos.html>.
Acesso em: 06 de junho de 2015.

BLOG HELENA QUADROS. Mapa do bairro Terra Firme. Disponível em: <http://helenaquadros.blogspot.com.br/2010/06/mapa-do-bairro-da-terra-firme.html>.
>Acesso em 06 de junho de 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, E...[ET al] (orgs.) Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012 (p.13-30).

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Las explicaciones de la violencia en América Latina: ¿ pobreza o institucionalidad? In: BARREIRA, César (org.) Violência e conflitos: trajetórias de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2010 (p.29-50).

CHAGAS, Clay Anderson N. Geografia, Segurança Pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. Boletim Amazônico de Geografia. Belém. n.1, v.01, p.186-204, jan./jun.2014. FGC. UFPA.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2000. 4ª ed. p. 77-87.

CONDURÚ, Marise Teles e PEREIRA, José Almir R.. Elaboração de trabalhos acadêmicos – normas, critérios e procedimentos. 2 ed. rev. ampl. e atual. Belém: NUMA. UFPA, EDUFPA, 2006.

COSTA, Antonio Maurício D. Lazer e modo de vida: Um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores. Universidade Federal do Pará. Belém, 1999. Dissertação de mestrado em Antropologia Social.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2008 (p.90 - 105).

COUTO, Aiala C.O. Narcotráfico na metrópole: das redes ilegais à “territorialização na periferia de Belém”. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Resolução 171/11 CONSEP. Pará, 2011. Publicada em 26 de agosto de 2011. Caderno 01, p. 14.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. São Paulo, ano:08, 2014.

FRAGA, Plínio. José Beltrame fala de tráfico, segurança e discriminação de drogas. Revista TRIP, Rio de Janeiro, jul.2015. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip/jose-beltrame-fala-de-traffic-seguranca-e-discriminacao-de-drogas>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

GOMES, Maria de Fátima C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática. São Paulo. Veras Editora, 2001. (p.17 -34).

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Unidade Paraná Seguro. Disponível em: <<http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>> acesso em: 28 de janeiro de 2016.

IBGE. CENSO 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

_____. Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93202.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. JUNGSMANN, R. (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LIMA, Renato Sérgio e BORGES, Doriam. Estatísticas criminais no Brasil. In: Crime, polícia e justiça no Brasil. LIMA, Renato S.; RATTON, José L.; AZEVEDO, Rodrigo G. (Org.). São Paulo: Contexto, 2014. p.213-225.

MENDONÇA, Kátia. Em torno do conceito de cultura de paz. Disponível em: <<http://politicuas.uamex.mx/comuniv/congreso/MESA2/MESA2B/M2BP12.pdf>> Acesso em: 05 de novembro de 2013.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo das commodities. In: COUTINHO, Joana Aparecida e LOPES, Josefa Batista (orgs.). Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas. São Paulo: Xamã, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Mapa da Violência 2011 – Os jovens do Brasil. Brasil, 2011.

MUGGAH, Robert. Prevenção à violência e Agenda das Metas do Milênio e Desenvolvimento Pós-2015 Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano:07, 2013. p.43.

NETTO, Gabriela F. e OLIVEIRA, Alana C.G. A UPP e o novo modus operandi do policial? Análise comparativa entre a formação do policial militar e o policial comunitário do Rio de Janeiro. Anais do 6º Seminário Nacional de Sociologia e Política. UFPR. Curitiba. 2015.

OLIVEIRA, Andréa et all. Unidade Paraná Seguro e Segurança Pública no município de Curitiba: uma avaliação quantitativa local da implantação das unidades. In: Revista Política Pública. São Luís. Vol.18 n.2. p. 497-510. 2014. Disponível em: <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=972>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. In: Revista Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez Editora. N. 111, jul/set.2012.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. Desmistificando a pesquisa científica. Belém: EDUFPA, 2008.

PAIVA, João de L. Recorte de uma realidade conflituosa: medo, insegurança e violência no bairro da Terra Firme sob o olhar da mídia. Universidade Federal do Pará IFCH. Rede nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). Belém, 2012.

PEREIRA, P. A. Concepções e propostas de política social: tendências e ao perspectivas. In: Política Social: temas e questões. São Paulo, Cortez, 2009 (p. 162 -179).

PERES, Ursula. Financiamento da Função Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, ano:08, 2014. p. 62.

PIANA, Maria C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 21-56.

PINTO, Lúcio Flávio. O Mito da Proteção: a Amazônia. In D'Incao Maria Angélica (org.). São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3). Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). 2010.

PRO PAZ. Relatório de pesquisa UIPP Guamá e UIPP Terra Firme. 2014.

_____. Histórico da Fundação Pro Paz. Disponível em: <www.propaz.pa.gov.br>. Acesso em: 16 de setembro de 2014.

RIVERO, Sérgio e CONEY, Paul. A Amazônia como fronteira da Acumulação do capital. In: DINIZ, Marcelo Bentes. Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI. Belém: Paka- Tatu, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Violência e Patriarcado. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 – (Coleção Brasil Urgente). p.74.

SAPORI, Luís F. A política de segurança pública na sociedade brasileira. In: Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2007, p.95-128.

SEGUP. Projeto de Implantação de Unidade Pro Paz (UIPP's). Governo do Estado do Pará, 2011.

SENASP. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária. PRONACSCI, Brasília. 2006.

SOARES, L.E. Segurança Pública: presente e futuro. 2006. Disponível em Scielo.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. 2006. Disponível em Scielo. Acesso em: 26 de fevereiro de 2015.

STEIN, H. Configurações recentes dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I, BERING, E. R, SANTOS, S. M. et al. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo, Cortez. 2008.

STRECK, Lenio L. Violência, criminalidade, segurança pública e a modernidade tardia no Brasil. In: Violência no tempo da globalização. SANTOS, José Vicente (org.) – São Paulo: Hucitec, 1999, p.456-474.

TORRETTA, Ester Taube. Política Social nos embalos da crise do capital. In: em pauta: teoria e realidade contemporânea. Vol. 1. N. 1 (2013). Rio de Janeiro UERJ/ Faculdade de Serviço Social, 2013.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social no Banco Mundial. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 23, p. 55-62, Nov. 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2011: Jovens do Brasil. Ministério da Justiça. Brasília, 2011.

_____. Mapa da violência 2015: Mortes matadas por arma de fogo. Secretaria Geral da Presidência da República.